PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS SEGURADORAS

ANO 97 • Nº 924

REVISTA DE SEGUROS

- INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL JÁ FAZ PARTE DA ROTINA DE TRIBUNAIS BRASILEIROS
- O EXUBERANTE CRESCIMENTO DO SEGURO PECUÁRIO NO PAÍS
- LUIS MORENO, EX-BID, LISTA DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A AMÉRICA LATINA

SEGURADORAS SE PREPARAM PARA DESASTRES NATURAIS CADA VEZ MAIS FREQUENTES

Aponte seu celular para conhecer o Plano de Desenvolvimento do Mercado de Seguros, Previdência Aberta, Saúde Suplementar e Capitalização (PDMS)

SUMÁRIO

06

ENTREVISTA

Ex-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno diz que o mundo começará a viver a era do conhecimento, que provocará grandes mudanças nas formas de produção.

28

AIDA JOVEM

Com foco na disseminação de informações sobre o Direito do Seguros entre estudantes universitários, projeto AIDA Jovem, instituído em 2017, ganhou novo incentivo no ano passado e teve suas atividades retomadas.

10

EVENTOS CLIMÁTICOS

Seguros que cobrem infraestrutura e construção civil estão entre os mais afetados pelas chuvas atípicas, registrando perdas crescentes por danos variados, equipamentos e atrasos na execução de obras.

30

TECNOLOGIA

A tecnologia está possibilitando o surgimento de Organizações Autônomas Descentralizadas, que manipulam fundos virtuais e se caracterizam por uma estrutura hierárquica descentralizada.

14

ALCOOLISMO

O uso contínuo de álcool deixa um rastro de tragédia e dor em todo o mundo. Para ajudar os países das Américas a reduzir o consumo crescente de bebidas e as doenças relacionadas, a Opas criou a Pahola, uma inteligência artificial.

21

CRÉDITO

A população brasileira começou a ter mais consciência da importância de proteger a renda e o patrimônio da família depois da pandemia. Os seguros de pessoas, que cresceram 13,1% no ano passado, referendam essa nova postura.

32

SEGURO PARA ATLETAS

Obrigatória desde a promulgação da Lei Pelé, em 1998, a contratação de seguros de vida e de acidentes pessoais para atletas profissionais, amadores e em formação é descumprida. As SAFs podem ser uma saída para mudar esse quadro.

18

SUSTENTABILIDADE

Relatório do BC afirma que os riscos ambiental, social e climático podem afetar a política monetária e o equilíbrio do sistema financeiro do País. A instituição iniciou estudos para inserir esses fatores nas análises de risco do setor.

24

IA NOS TRIBUNAIS

Levantamento do CNJ mostra que a inteligência artificial já faz parte da rotina de 53 tribunais no País, desde instâncias estaduais até superiores. Em 2022, foram 111 projetos desenvolvidos com o uso da tecnologia.

36

SEGURO ANIMAL

A despeito do excelente desempenho do volume de prêmios do seguro pecuário nos últimos anos, que saltou de R$ 6,3 milhões para R$ 70,2 milhões, entre 2019 e 2022, apenas 1% do rebanho do País é segurado.

EXPEDIENTE

CNseg
Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE
Roberto de Souza Santos

1º VICE-PRESIDENTE
Ivan Luiz Gontijo Junior

VICE-PRESIDENTES NATOS
Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade, Denis dos Santos Morais , Edson Luis Franco e Manoel Antonio Peres

VICE-PRESIDENTES
Ricardo Bottas Dourado dos Santos e Luciano Snel Corrêa

DIRETOR-PRESIDENTE
Dyogo Oliveira

DIRETORES
Eduard Folch Rue, Eduardo Nogueira Domeque, Eduardo Stefanello Dal Ri, Erika Medici Klaffke, Felipe Costa da Silveira Nascimento, Francisco Alves de Souza, Helder Molina, José Adalberto Ferrara, Leonardo Deeke Boguszewski, Marcelo Malanga, Patricia Andrea Freitas Velloso dos Santos, Patricia Chacon Jimenez, Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão, Pedro Pereira de Freitas,Ullisses Christian Silva Assis

REVISTA DE SEGUROS
Veículo de notícias de interesse do Mercado Segurador

EDITORA-CHEFE
Carla Simões - Jornalista 27138

EDITORES EXECUTIVOS
Neide Fujioka e Vagner Ricardo

EDITORA DE IMAGEM
Cláudia Mara Alcon dos Santos

ORIENTAÇÃO EDITORIAL
Alexandre Leal, Carla Simões, Dyogo Oliveira, Genildo Lins, Glauce Carvalhal

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Via Texto Agência de Comunicação

REVISÃO
Interponto

COLABORADORES
André Felipe de Lima, Bianca Rocha, Carla Severino, Chico Santos, Gabriel Oliven, Fernanda Thurler, Jorge Clapp, Mariana Santiago, Michel Alecrim e Thais Motta.

FOTOGRAFIA
Arquivo CNseg, arquivo pessoal, banco de imagens Google, divulgação de empresas.

PROJETO GRÁFICO
Lemon Comunicação & Conteúdo

DESIGNER DA CAPA
Maicon Silva

DIAGRAMAÇÃO
Agência Eclipse

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA
Superintendência Executiva de Comunicação e Imprensa - CNseg
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
www.cnseg.org.br
E-mail: claudiamara@cnseg.org.br
Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadra1/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

PERIODICIDADE
Trimestral

CIRCULAÇÃO
Digital: 4.000 destinatários
Impressa: 1.000 destinatários

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

[**Por:** Dyogo Oliveira **Foto:** Luciana Whitaker]

CHUVAS SEVERAS ENTRAM DE VEZ NO RADAR DE PERDAS E DE RISCOS DAS SEGURADORAS

Chuvas torrenciais repentinas e frequentes provocam danos cada vez mais severos na construção civil e na infraestrutura do País como um todo, danificando estruturas, gerando perdas de materiais e de equipamentos e afetando prazos de entrega de obras e, por fim, o desempenho de algumas modalidades de seguros patrimoniais. Essas são algumas das constatações da matéria de capa desta nova edição da *Revista de Seguros*.

Tais eventos representaram a metade das indenizações de seguros patrimoniais pagas no ano passado. Alagamentos e inundações tornaram-se as principais causas de sinistros ocorridos em obras de engenharia e construções verticais. Pior: os danos podem ser potencializados, pois parte significativa da infraestrutura do País tem de 30 a 40 anos e baixo nível de manutenção, o que agrava os valores das perdas seguradas.

O cenário desafiador criado pelo avanço do alcoolismo é apresentado em outra reportagem. O hábito de beber – mesmo em doses moderadas – nada tem de saudável e responde por mais de 200 doenças e tipos de lesão, de acordo com a métrica de Anos de Vida Perdidos Ajustados por Incapacidade (DALY, na sigla em inglês). Na faixa etária de 20 a 39 anos, cerca de 13,5% das mortes em todo o mundo decorrem do consumo de álcool. São pelo menos 379 mil óbitos por ano nas Américas.

A Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), atenta ao problema, criou uma assistente virtual, a Pahola, especialista em transtornos à saúde causados pelo álcool. Pahola promove um teste virtual com o internauta para avaliar seu nível de consumo, estima uma pontuação final sobre esse hábito e dá dicas sobre os benefícios de se reduzir ou interromper o consumo de bebidas alcoólicas.

Primeiro palestrante internacional confirmado na Fides Rio 2023, de 24 e 26 de setembro próximo, o economista Luis Alberto Moreno, ex-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dá *spoilers* sobre os desafios para reativar o crescimento da economia da América Latina, em meio a riscos políticos, transição digital, desemprego e desigualdades sociais.

"Hoje em dia, 50% dos empregados da América Latina não conseguem ser recolocados no mercado porque não têm atitudes e habilidades requeridas", afirma ele. Em entrevista exclusiva à *Revista de Seguros*, ele examina o papel que cabe às seguradoras nesse quadro de grande complexidade para ampliar o nível de proteção das pessoas e de seus negócios.

As perspectivas promissoras de duas modalidades de seguros também são debatidas nesta edição. Uma engloba a vida de rebanhos, o seguro pecuário; a outra, o seguro para atletas profissionais.

O seguro pecuário apresentou uma extraordinária expansão nos últimos anos – saiu de R$ 6,3 milhões em 2019 para R$ 22,5 milhões em 2020, aumento de 256,4%. Em 2021, a arrecadação mais que dobrou, atingindo R$ 46,9 milhões e, em 2022, fechou em R$ 70,2 milhões. Apesar do salto, menos de 1% do rebanho brasileiro é segurado. O País tem mais cabeças de gado do que pessoas: são 224,5 milhões de animais contra 215 milhões de habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já a Sociedade Anônima do Futebol (SAF) – criada pela legislação que estimula clubes de futebol a migrarem do modelo de associação civil sem fins lucrativos para o de empresarial (clube-empresa) – já é vista como remédio promissor para aumentar, pelo menos no futebol, as vendas do seguro de vida para atletas. Apesar de obrigatório desde a vigência da lei Pelé, sancionada há 25 anos, é reiteradamente descumprido.

[**Por:** Vagner Ricardo & Vania Mezzonato / **Colaboração:** Rodolfo Campos **Fotos:** Divulgação]

"VAMOS TER QUE APRENDER A SER MUITO MAIS EFICIENTES"

A economia global passa por uma enorme transformação, saindo do processo de globalização para o de regionalização. O mundo começará a viver a era do conhecimento, que chegará a uma velocidade jamais vista e provocará grandes mudanças nas formas de produção.

"Isso é muito positivo e também muito negativo, no sentido de que teremos sociedades cada vez mais fraturadas. E aqui a parte cívica é um tema central. Não se trata simplesmente de ir às ruas protestar, mas de estar informado, exigir e entender muito bem quais são seus direitos. Essa é a grande transformação do mundo, somada à econômica, e vai nos exigir muito mais eficiência", afirma o ex-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno, nesta entrevista exclusiva à *Revista de Seguros*.

Moreno é diplomata, ex-embaixador da Colômbia nos Estados Unidos e atual membro do Conselho de Administração do Fórum Econômico Mundial (WEF). Seu nome está entre os de palestrantes internacionais confirmados para a maior Conferência de Seguros da América Latina, a Fides Rio 2023, que ocorrerá de 24 e 26 de setembro deste ano.

O senhor é um dos curadores da Fides Rio 2023. Quais são as principais oportunidades e os desafios comuns do mercado segurador na América Latina?

Moreno – É importante situar o momento em que nos encontramos e o contexto trazido pela pandemia, que ainda não terminou, e seus efeitos econômicos e sociais no curto prazo. O panorama do setor de seguros em toda a América Latina e no Brasil é que a cobertura é muito baixa. O percentual de latino-americanos que têm seguro não passa 2% ou 3%, enquanto em outros países chega a 40% ou 50%. As seguradoras precisam entender como aumentar essas coberturas, não só para seguros residenciais, de acidentes e de vida, que já fazem parte da cultura de consumo do seguro.

Depois da expansão estimada de 3,7% em 2022, a América Latina projeta 1,3% para 2023. Em 2021, foi de 6,7%. Olhando a sequência de desaceleração, pode-se dizer que o baixo crescimento é uma realidade na região?

Temos que considerar os últimos 20 anos para entender essa questão. A América Latina vinha de uma época em que houve muitos ventos a favor, como a alta dos preços dos produtos básicos, o que começou a gerar um ciclo virtuoso em que os países tinham dívidas baixas e moedas fortes, principalmente os grandes exportadores, como é o caso do Brasil. O nível da dívida e as grandes contas de uma economia, que são os superávits fiscais ou déficit e superávit de conta-corrente, permitiram um ciclo positivo, que foi interrompido primeiramente pela crise financeira internacional, em 2008 e 2009, e depois pela queda generalizada de crescimento na América Latina. Lamentavelmente, ainda tivemos os efeitos da Covid-19. Tudo isso somado gerou um grande retrocesso nas taxas de crescimento e, consequentemente, na saúde e na educação. Milhões de jovens latino-americanos perderam o ano e não terão como repor a

"Me deixou muito atônito, quando fui presidente do BID, saber que em mais de 20 países da região só 45% dos latino-americanos consideravam a democracia útil para melhorar suas vidas."

qualidade da educação perdida. Isso arrastou as economias. Eu não me concentraria na fotografia de um ano, mas no significado do que essa trajetória representou para os países.

Quais são os fatores que freiam o crescimento da AL e por que os países da região não conseguem seguir a mesma dinâmica dos países asiáticos, por exemplo?

Isso tem muitas explicações. Uma é o quanto a produção industrial do mundo está concentrada na Ásia, aproximadamente 50%. Essa produção vem sendo feita por meio de cadeias de valor de um país a outro. Especialmente por via marítima, construíam produtos em distintas geografias com destino ao mercado mundial. Na outra parte da grande produção do mundo, 20% estão na Europa e outros 20% na América do Norte (México, Canadá e Estados Unidos) e no resto do mundo estão 10%. Então, o fato é que não comercializamos o suficiente como o mundo inteiro. Os países latino-americanos pequenos – não falo do Brasil – não têm alternativa para crescer a não ser por meio do comércio exterior. Aí temos um déficit.

Qual foi o papel da globalização nesse processo?

O mundo, durante 30 anos, teve um bônus de paz, fruto da queda do Muro de Berlim e da aceleração da globalização, fundamentalmente por via do comércio. No entanto, os fatos que têm se sucedido com a guerra na Ucrânia nos levaram a dar conta de um caso irreversível de enorme transformação da economia global: de um processo de globalização para um de regionalização. Nesse processo, a energia ganha um valor supercentral, e as formas de energia que consumimos exigem a transição dos combustíveis fósseis para os renováveis, de forma a buscar baixas emissões para cumprir as metas do Acordo de Paris. Tudo isso virá acompanhado, necessariamente, de uma enorme revolução. E é fundamental que nossos países, obviamente, façam parte dessa revolução, e que o trem da História não nos deixe como nos deixou a revolução industrial ou as brechas digitais – que foram muito aceleradas na pandemia. O Brasil é um grande exemplo: os brasileiros passam mais tempo nas redes digitais do que em qualquer parte do mundo. E agora vem outra grande revolução, a da inteligência artificial.

Que mudanças devem ocorrer com essa nova revolução?

Se antes tínhamos a globalização do comércio, agora vamos ter a globalização do conhecimento. E esse conhecimento vai chegar a uma velocidade jamais vista. Teremos grandes transformações na produção. Há companhias hoje que não terão mais a mesma força em dez ou 15 anos. Isso é muito positivo e também muito negativo, no sentido de que teremos sociedades cada vez mais fraturadas. E aqui a parte cívica é um tema central. Não se trata simplesmente de ir às ruas protestar, mas de estar informado, exigir e entender muito bem quais são seus direitos. Essa é a grande transformação do mundo, somada à econômica. E vamos ter, claramente, como resultado de tudo isso, menor crescimento econômico. E vamos ter que aprender a ser muito mais eficientes no que fazemos. Ninguém sabe como vai terminar essa década. A questão é: vamos abraçar essas mudanças e fazer parte desse processo ou seremos apenas espectadores?

Alguns países da região, diante do recrudescimento das lacunas sociais e da polarização política, vivem profundas e prolongadas crises. Há esperança de pacificação e de retomada do crescimento sustentável?

Isso tem a ver com o fato de como construímos a cidadania. Deixou-me muito atônito, quando fui presidente do BID, há 7 anos, saber que em mais de 20 países da região só 45% dos latino-americanos consideravam a democracia útil para melhorar suas vidas. Quando deixamos de crer na democracia, quando temos que enfrentar uma recessão democrática e quando isso abre uma fratura muito grande entre os que têm e os que não têm (recursos financeiros), e as ruas são a única resposta, a democracia fica muito debilitada. Por isso, falo tanto em construção de cidadania, da necessidade de as pessoas estarem informadas e de assumirem responsabilidades – que não é sair às ruas e quebrar vitrines, é poder entender qual é o alcance das reformas necessárias, entender que elas darão frutos com o tempo e que farão parte das instituições.

"Um olhar de longo prazo hoje é fundamental, porque o mundo está se transformando de maneira jamais vista. Na próxima década, teremos mais mudanças que nos últimos 50 anos."

Há de se ter paciência! Um olhar de longo prazo hoje é fundamental, porque o mundo está se transformando de uma maneira jamais vista. Nesta próxima década, teremos mais mudanças que nos últimos 50 anos. Essa é a questão. Achar que apenas ir às ruas protestar, o que é um direito de todo cidadão, é a única porta que temos para fazer mudanças, vai nos empobrecer cada vez mais.

O balanço preliminar 2022 da Comissão Econômica para América Latina e Caribe constatou que é fundamental impulsionar os investimentos e a produtividade para atender às demandas sociais. Como criar empregos e reduzir a informalidade, a desigualdade e a pobreza?

O tema da produtividade, lamentavelmente, é um dos grandes problemas da América Latina. Um dos últimos relatórios do BID, quando eu ainda estava lá, mostrava que o aumento da produtividade nos últimos 15 anos havia sido zero. A produtividade é definida como uma mistura de capital, terra e mão de obra. O conjunto dessas interações, quanto mais eficiente for, mais faz crescer a economia e melhora o emprego e a qualidade de vida. Sempre me surpreendeu o enorme descaso com atitudes para o século XXI – ou seja, para as crianças. Hoje em dia, 50% dos empregados da América Latina não conseguem ser recolocados no mercado porque não têm atitudes e habilidades requeridas para este século.

"Hoje em dia, 50% dos empregados da América Latina não conseguem ser recolocados no mercado porque não têm atitudes e habilidades requeridas para este século."

Quais são essas habilidades?

A capacidade de ter vocação para a parte tecnológica e a matemática, por exemplo, que são necessidades essenciais. Afora isso, temos a questão demográfica. A América Latina, durante anos, teve um *boom* demográfico. Hoje está em declínio, e vamos chegar a um ponto em que começaremos a ter uma situação parecida com a da China, com crescimento populacional negativo. O *boom* explicava o crescimento observado nos últimos anos, pela quantidade de gente que ingressava no mercado de trabalho. Esse é um dos amplos debates que devemos ter

"Avançamos muito no uso de energia solar ou eólica. Temos que exigir novas tecnologias para promover com êxito a transformação energética de que o mundo precisa."

com a sociedade para entender como vamos nos recolocar – e a produtividade terá que ser um tema central dessa discussão.

A transformação e a aceleração digital em diversos setores econômicos são sem precedentes. Que oportunidades para a AL podem ser projetadas a partir dessa realidade?

Temos aqui um tema central, e creio que já avançamos muito. Há uma história de êxito no Brasil como o caso do Nubank e de outras *startups* criadas no País. Acho que o ecossistema de inovação tecnológica mais potente que há em toda a região está justamente no Brasil – e é muito importante seguir crescendo. Mas há também o problema de atração de talentos, não por falta de demanda, mas por falta das habilidades sobre as quais já falamos. É preciso investir cada mais vez para ter pessoas que participem dessas empresas. Indiscutivelmente, os governos devem seguir investindo para que esses ecossistemas se fortaleçam e tenham capacidade para chegar lá. O mais interessante é que muitas dessas empresas brasileiras nasceram como familiares e se tornaram globais. Pode ser uma *fintech* ou uma empresa de telemedicina, elas não pensam somente na região. E, ao ter esse tipo de olhar, têm muito êxito.

As mudanças climáticas podem ser um fator de estabilidade e oportunidades para a região?

Não há dúvidas de que será de oportunidades, e julgo que teremos que partilhar um tema grande. A América Latina responde por cerca de 8% da geografia mundial e por mais de 40% da biodiversidade global. A Amazônia é o maior depositário de emissões de carbono, e somos uma região com matriz energética bastante limpa – 70% da geração de energia da América do Sul usa água. Usamos também combustíveis fósseis, assim como avançamos muito nas fontes baseadas em energia solar ou eólica. Mas temos também 67% dos depósitos de lítio do mundo, mais de 40% de cobre (que conduz toda a energia), os carros elétricos e o etanol no Brasil. Por isso tudo, temos que exigir novas tecnologias para promover com êxito a transformação energética de que o mundo tanto precisa.

Qual é o cenário mais provável para o setor de seguros nos próximos anos?

A atividade seguradora depende de um amplo processo de adaptação. Mas isso exige pedagogia. É preciso entender que ter um seguro fará a diferença se houver uma calamidade com a propriedade, a família, o automóvel ou a saúde. Há mil formas de se contratar o seguro e se preparar para esses propósitos.

Qual é papel das seguradoras diante de desafios como mudanças climáticas, longevidade e risco de desemprego estrutural?

É um papel central. Por definição, os grandes acumuladores de poupança estão precisamente concentrados nas empresas seguradoras. A capacidade de buscar capital de longo prazo tem respondido, em boa medida, por recursos para o setor privado, investimentos em empresas e financiamento de muitos setores, inclusive de governos.

[**Por:** Chico Santos **Fotos:** Divulgação, banco de imagens Google]

EVENTOS CLIMÁTICOS AFETAM INFRAESTRUTURA E INDÚSTRIA DE SEGUROS

Chuvas torrenciais elevam valores pagos em diversas modalidades de seguros. Nos patrimoniais, representaram metade das indenizações pagas de 2022

A população brasileira desenvolveu ao longo dos anos um saudável sentimento de alívio pelo fato de a geologia do País não ser suscetível a determinados fenômenos extremos, como terremotos de elevadas magnitudes, erupções vulcânicas, tsunamis, furacões devastadores e tufões, que atingem todos os anos os litorais da América do Norte, Caribe e países da Ásia.

Contudo, a combinação das mudanças climáticas com a ocupação desordenada do solo e os baixos investimentos sistemáticos em infraestrutura, seja na ampliação, seja na manutenção, tem sido responsável por desastres cada vez mais frequentes no País, geralmente provocados pelas chuvas de verão. Os deslizamentos e inundações tiram vidas, soterram e destroem moradias, além de danificar e interditar rodovias essenciais para a circulação de mercadorias.

Alguns exemplos entraram tragicamente para a História, começando pelo temporal da Região Serrana do Rio de Janeiro em 11 de janeiro de 2011. Mais de 900 pessoas perderam suas vidas nos deslizamentos e enchentes daquela que é classificada por especialistas como a maior catástrofe climática e geotécnica do Brasil.

Pouco mais de dois anos antes, em novembro de 2008, incríveis 1.003 mm de chuvas em Blumenau e em todo o Vale do Itajaí provocaram quase três mil deslizamentos, ceifando 135 vidas e deixando quase dez mil desabrigados. Em 15 de fevereiro do ano passado, novo temporal na Serra Fluminense, desta vez concentrado em Petrópolis, deixou mais de 240 mortos e destruiu a principal área comercial da cidade.

Sem contar que os quase desconhecidos furacões, aqui chamados de ciclones, começam a se tornar familiares para os moradores da Região Sul do País, mesmo que ainda em proporções menos catastróficas do que seus similares das áreas acima mencionadas.

"Alagamentos e inundações têm sido as principais causas de sinistros em obras de engenharia e construções verticais, o que aumentou a sinistralidade."

Fábio Silva, FenSeg

Em maio do ano passado, o ciclone subtropical Yazecan, com ventos de mais de 105 km/h, assustou os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, causando uma morte e deixando 220 mil gaúchos sem energia elétrica.

As estatísticas da indústria de seguros já captaram o crescimento de todos esses fenômenos. Segundo Jarbas Medeiros, presidente da Comissão de Riscos Patrimoniais Massificados da FenSeg, em 2022, a escalada da participação dos eventos climáticos no volume de indenizações de seguros patrimoniais alcançou 50% do total de R$ 1,4 bilhão pagos no ano.

Fábio Silva, presidente da Comissão de Riscos de Engenharia da entidade, reforça: "Nos últimos anos, os alagamentos e inundações têm sido as principais causas de sinistros ocorridos em obras de engenharia e construções verticais, o que causou aumento da sinistralidade do seguro. Como consequência, vemos um mercado de seguro mais endurecido nos novos negócios", disse.

CHUVAS TORRENCIAIS

O presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – Infraestrutura (Sinicon), Cláudio Medeiros, não tem dúvida de que as mudanças climáticas estão tornando as chuvas cada vez mais torrenciais, com suas trágicas consequências. E ressalta que, na economia de um país que construiu sua infraestrutura de transportes centrada no modal rodoviário, as consequências assumem também proporções catastróficas.

"Com trechos muitas vezes interditados ou estradas em más condições de tráfego, há atraso na entrega de mercadorias de forma extremamente significativa. Cada produto transportado sofre um impacto diferente, e os custos de entrega podem ficar mais altos para os distribuidores e repassados ao consumidor final", ressaltou.

Medeiros lembrou ainda que, em alguns trechos, o retorno à normalidade pode demorar

"Com trechos muitas vezes interditados ou estradas em más condições de tráfego, há atraso na entrega de mercadorias extremamente significativas."

Cláudio Medeiros, Sinicon

"Parte significativa da infraestrutura do País tem de 30 a 40 anos e baixo nível de manutenção, levando a perdas de eficiência e elevados custos de operação".

Carta da Inter.B

meses, destacando que, neste começo de ano, estados-chaves para o abastecimento, como Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, têm sofrido com essas interdições forçadas de rodovias.

Na avaliação do presidente do Sinicon, para prevenir os efeitos deletérios das chuvas, "a principal providência a ser tomada chama-se manutenção, que já deveria estar prevista nos contratos de construção. Medeiros ressalta que o uso de tecnologias de última geração, como a *Building Information Modeling* (BIM), que conecta todas as áreas da construção e dá mais precisão aos projetos, é essencial, lembrando que sua utilização está expressamente prevista na nova Lei de Licitações e Contratos (nº 14.133).

A consultoria especializada Inter.B, que acompanha sistematicamente a evolução dos investimentos brasileiros em infraestrutura, mostra que o País vai mal tanto no quesito de manutenção como no da ampliação necessária à construção de uma sociedade de médio bem-estar.

Segundo a Carta de Infraestrutura mais atual (maio/2022), "parte significativa da infraestrutura do País tem de 30 a 40 anos e baixo nível de manutenção, levando a perdas de eficiência, elevados custos de operação dos ativos e risco não trivial de integridade física".

"Nos períodos já conhecidos de chuvas, normalmente a indústria busca adaptar seu cronograma para a não execução de determinados serviços."

Cláudio Hermolin, Sinduscon-Rio

Como consequência, nada menos do que 87,3% dos investimentos feitos em 2021 serviram apenas para repor o estoque de capital investido. A análise da Inter.B inclui, além da infraestrutura de transportes, as de energia, telecomunicações e saneamento.

Cláudio Medeiros destaca que, de 2016 para 2022, o orçamento do Ministério da Infraestrutura (extinto no atual Governo) caiu, em números redondos, de R$ 10 bilhões para R$ 5 bilhões, ressaltando que somente a manutenção da malha rodoviária federal demanda anualmente pelo menos o dobro deste valor.

"Cabe às entidades de classe do setor apoiar o desenvolvimento dessa consciência de previsão orçamentária, incluindo todas as probabilidades possíveis e impossíveis, ao longo dos anos de um contrato", enfatizou.

HORA ERRADA

O presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio), Cláudio Hermolin, disse que o problema maior da intensificação das chuvas provocadas pelas mudanças climáticas para o setor da construção predial é a frequência com que elas estão chegando em períodos atípicos.

"Nos períodos já conhecidos de chuvas, normalmente a indústria busca adaptar seu cronograma para a não execução de determinados serviços. Porém, quando elas vêm em períodos atípicos, como tem acontecido, isso atrapalha, porque normalmente há uma programação de serviços para períodos secos e outra para períodos mais chuvosos", explica.

"Não é uma questão política, é científica e numérica: a gente observa com fatos e dados que os eventos climáticos são cada vez mais frequentes."

Jarbas Medeiros, FenSeg

Hermolin ressalta que a atipicidade não vem ocorrendo apenas em períodos do ano, mas também em horários nos quais não era habitual chover no passado. E aí a obra é onerada em diversos custos, desde a parada obrigatória da mão de obra contratada até a perda de materiais na obra ou o atraso da chegada por problemas nas rodovias.

O empresário destaca, entre as providências necessárias para a redução dos prejuízos dos temporais, a solução de problemas crônicos da sociedade brasileira. Começando pelo combate à ocupação desordenada de encostas e de margens de rios, causas maiores de desabamentos e enchentes, e o ataque ao eterno déficit brasileiro de saneamento básico que, entre muitas mazelas, resulta na acumulação de detritos nas redes pluviais e na potencialização das enxurradas.

BAIXA PROTEÇÃO

A exposição crescente aos riscos climáticos acrescenta outra preocupação que, por enquanto, não tem aparecido entre as maiores enfrentadas pela sociedade: o risco de perdas patrimoniais decorrentes desses eventos. Segundo Jarbas Medeiros, da FenSeg, apenas 17% das residências no Brasil atualmente estão protegidas por uma apólice. A conta não incluiu os condomínios, legalmente obrigados a ter seguro.

Em 2010, o Brasil investiu 2,46% do PIB em infraestrutura (1,41% do setor público). Em 2022, os números apontaram queda 1,71% e 0,57%, respectivamente.

Dados da Inter.B

Medeiros disse que a falta de proteção, na maioria das vezes, resulta de desconhecimento da população de que a compra de uma apólice é mais acessível do que se imagina e que, na média, o seguro de uma residência padrão no Brasil custa R$ 600 por ano, ou R$ 50 por mês, com variações, dependendo da região. Ele faz um alerta:

"Não é uma questão política, é científica e numérica: a gente observa com fatos e dados que os eventos climáticos são cada vez mais frequentes". E exemplifica com os ciclones, antes praticamente desconhecidos. "Agora, a cada dois ou três anos acontece um ciclone no Sul do Brasil". Por isso, a região já é a que tem o seguro residencial mais caro do País.

Fábio Silva, da Comissão de Riscos de Engenharia, retoma o problema dos baixos investimentos em infraestrutura, chamando atenção para a queda dos investimentos públicos em segmentos como transportes, logística e saneamento.

Os dados da Inter.B mostram que, em 2010, o Brasil investiu 2,46% do PIB em infraestrutura, sendo 1,41% do setor público. Em 2021, os números caíram, respectivamente, para 1,73% e 0,59% do PIB, e a projeção para 2022 apontava 1,71% e 0,57%, na mesma ordem.

"Com a recente queda do investimento público nesses setores, acabamos dependendo de investimentos privados realizados via concessões, porém, essas alocações ainda são muito tímidas em relação às necessidades do País", aponta Silva.

[**Por:** Gabriel Oliven **Fotos:** Divulgação, banco de imagens Google]

MORTES E DOENÇAS NO RASTRO DO CONSUMO ABUSIVO DE ÁLCOOL

Antes de servir a próxima dose, fale com a Pahola, a inteligência artificial da Opas que ajuda os países das Américas a frear o consumo de bebidas alcoólicas.

O alarme toca sempre que uma nova dose é servida. Seja qual for o país ou continente em questão, o uso contínuo de bebida alcoólica deixa um rastro de tragédia e dor. No Brasil, um homem morre a cada dez minutos em razão de doenças e complicações associadas ao álcool.

Segundo o Ministério da Saúde, o consumo abusivo da substância cresceu entre 2006 e 2021, passando de 15,7% para 18,3% da população adulta. Entre as mulheres, o índice subiu de 7,8% para 12,7% no período. Os dados fazem parte da pesquisa Vigitel Brasil 2006-2021 e têm como base a população das capitais e do Distrito Federal.

Entende-se por consumo abusivo a ingestão de quatro ou mais doses (para mulheres) e de cinco ou mais doses (homens), em uma mesma ocasião, pelo menos uma vez nos 30 dias que antecederam a pesquisa. Por isso, antes de servir a próxima dose, é bom falar com Pahola e prestar muita atenção aos conteúdos e argumentos dela. Mas quem é Pahola?

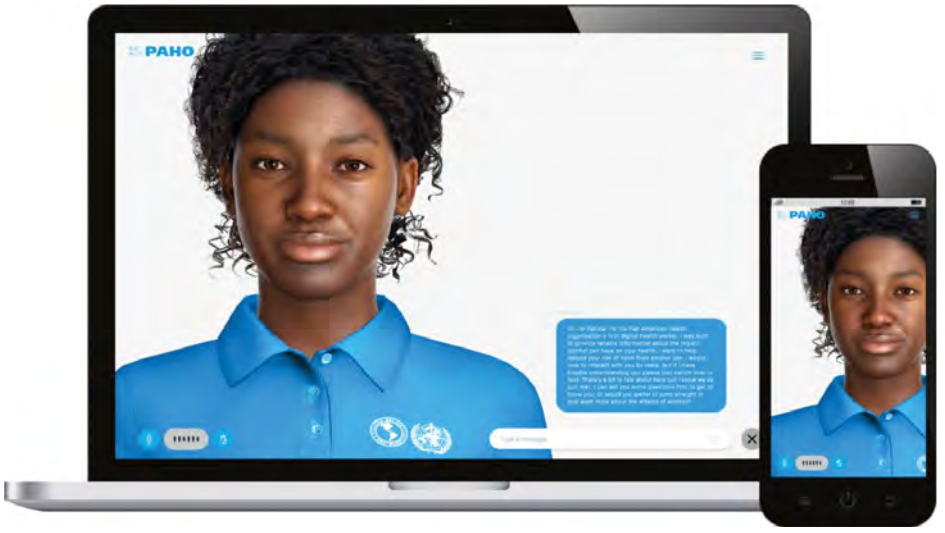
"Oi. Sou a primeira profissional de saúde digital dedicada a temas relacionados ao álcool. Estou aqui para contar alguns fatos sobre o álcool e como você pode viver uma vida mais saudável". À medida que o diálogo avança, você recebe informações valiosas para colocar um freio na bebida e diminuir os riscos à saúde. Se necessário, pode acioná-la em busca de ajuda especializada. Afinal, vidas estão em jogo: esse é um hábito que mata três milhões de pessoas por ano, o que representa 5,3% das mortes em todo o mundo.

Consumo cresceu entre 2006/2021, passando de 15,7% para 18,3% da população adulta. Entre as mulheres, o índice subiu de 7,8% para 12,7% no período.

Pahola é muito mais que uma assistente virtual. É uma especialista em transtornos à saúde causados pelo álcool, dotada de inteligência artificial e versada em quatro idiomas: português, espanhol, inglês e francês. Foi lançada em novembro de 2021 pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), com o objetivo de ajudar os países da região a reduzir o consumo crescente de bebidas alcoólicas – e as doenças relacionadas.

Programada com *software* da Google (DigitalFlow), ela pode ser acessada 24 horas por dia no site da entidade (*www.paho.org/pt/alcool/pahola*). A interação com o público é anônima e não identificável. Ela não coleta dados do usuário. O sucesso da agente conversacional pode ser atestado em números.

"Nos primeiros três meses após o lançamento da Pahola, a campanha teve 61 milhões de impressões e uma média de 2,7 mil acessos ao mês. Por ser uma inteligência artificial, ela aprende mais conforme vai sendo utilizada", explica Diogo Alves, oficial de Controle do Tabaco e Impostos de Saúde da Opas e da Organização Mundial da Saúde (OMS).



"Nos primeiros três meses após o lançamento da Pahola (em novembro de 2021), a campanha teve uma média de 2,7 mil acessos por mês."

Diogo Alves, Opas/OMS

Segundo ele, a Opas desenvolveu todo o conteúdo técnico, o que garante confiabilidade ao material. "A Pahola fornece informações baseadas em evidências sobre o impacto do consumo de álcool na saúde das pessoas. Também é possível fazer uma avaliação de risco dos indivíduos, por meio de questionário validado internacionalmente. Além disso, ela fornece orientações para que as pessoas desenvolvam um plano de mudança, seja para reduzir ou parar de beber", acrescenta.

TESTE VIRTUAL

Os interessados podem fazer um teste virtual para saber os riscos a que estão expostos pelo uso da substância. Pahola começa com perguntas básicas, como o país de moradia, gênero, faixa etária, tipo de bebida preferida (vinho, cerveja, destilados etc.), quantidade e frequência de consumo. A partir das respostas, fornece a pontuação de cada um e explica os transtornos associados ao álcool, bem como os benefícios de reduzir ou interromper o consumo. Por fim, ajuda a encaminhar pessoas para serviços de tratamento, indicando o contato de unidades de saúde.

O hábito de beber – mesmo em doses moderadas – nada tem de saudável e responde por mais de 200 doenças e tipos de lesão, de acordo com a métrica de Anos de Vida Perdidos Ajustados por Incapacidade (DALY, na sigla em inglês).

Segundo a OMS, não há níveis seguros de consumo. O uso regular causa morte e incapacidade relativamente precoce na vida. Na faixa etária de 20 a 39 anos, cerca de 13,5% das mortes em todo o mundo decorrem do álcool. Segundo a Opas, são pelo menos 379 mil óbitos por ano nas Américas.

"O cenário é desafiador. Por anos, o consumo abusivo de álcool tem sido negligenciado, mesmo sendo responsável por 5% da carga global de doenças e lesões. Está relacionado à maioria dos casos de violência, especialmente em mulheres e crianças. Além disso, todos os anos perdemos milhares de jovens em acidentes de trânsito, causados pela mistura de álcool e direção. Quando esses acidentes não matam, deixam sequelas muitas vezes irreversíveis. Esses números preocupantes clamam por ações efetivas e intersetoriais", ressalta Diogo Alves.

Segundo a OMS, não há níveis seguros de consumo. Na faixa etária de 20 a 39 anos, cerca de 13,5% das mortes em todo o mundo decorrem do uso de álcool.

MORTES E DOENÇAS

Seja qual for o país ou continente em questão, o uso contínuo de álcool costuma deixar um rastro de tragédia e dor. Somente em 2016, representou 5,5% de todas as mortes na região – a maioria causada por diferentes tipos de cânceres (83.351), violência (65.880) e doenças digestivas (62.668). Além disso, um em cada 12 adultos (8,2%) nas Américas cumpria, em 2016, os critérios para transtorno relacionado ao uso de álcool, índice bem acima da média mundial (5,1%).

O médico cancerologista Drauzio Varella, autor de "Estação Carandiru", reforça que esse é um problema grave de saúde pública. No Brasil, o álcool é o sétimo fator de risco que mais impacta a mortalidade: 5,5% do total de óbitos. As doenças relacionadas ao uso da substância vão desde as crônicas (hepáticas, cardiovasculares e cânceres) até as transmissíveis (tuberculose e pneumonia), sem contar os acidentes e a violência interpessoal.

"A principal característica do alcoolismo é a perda de controle. Existem pessoas que nem bebem todos os dias, mas, quando começam, não conseguem parar. São os que se embriagam mesmo quando juram que nessa noite não beberiam", alerta.

SINISTRALIDADE NA SAÚDE

Além dos danos à saúde e do impacto social e econômico, o problema atinge diretamente o mercado de seguros. O uso abusivo de álcool afeta a sinistralidade dos planos de saúde, bem como as carteiras de Vida e Automóvel das seguradoras, resultando em disputas que costumam chegar aos tribunais. São comuns os processos que envolvem negativa de cobertura ao segurado em caso de embriaguez comprovada. Mas as sentenças variam conforme o segmento e o tipo de apólice.

Nos seguros de Vida, já existe jurisprudência a respeito do tema. Em 2018, a Súmula 620 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que a embriaguez do segurado não exime a seguradora do pagamento da indenização prevista em contrato. Em linhas gerais, é vedada a exclusão da cobertura na hipótese de sinistro ou acidente decorrente de atos praticados pelo segurado em estado de insanidade mental, de alcoolismo ou sob o efeito de substâncias tóxicas.

Nesse caso, o segurado só perde o direito à indenização caso fique comprovado que ele agravou intencionalmente o risco do contrato, como consta do artigo 768 do Código Civil. Mas essa comprovação é difícil. No ano passado, a 2ª Seção do STJ reafirmou o texto da Súmula 620.

Nas apólices de Seguro Auto, porém, o entendimento dos tribunais é outro. A mistura de bebida e direção é crime previsto em lei. O artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) disciplina como crime a prática de dirigir com a capacidade psicomotora alterada pela ingestão de bebida alcoólica ou de outra substância psicoativa que cause dependência.

O motorista que dirige sob efeito de álcool contribui para o agravamento do risco, o que enseja a negativa de cobertura do dano patrimonial – tese aceita pela maioria dos tribunais. Ao se comprovar a embriaguez como causa do sinistro, não haverá pagamento de indenização.

"É preciso atacar as causas do elevado número de ocorrências desses sinistros. No meu entendimento, o mercado segurador poderia contribuir com campanhas de conscientização e prevenção, focando no slogan "se beber, não dirija". Uma iniciativa interessante de algumas seguradoras foi a inclusão do "motorista amigo", que é acionado para dirigir o veículo do segurado quando ele ingerir álcool", explica José Varanda, coordenador de Graduação da Escola de Negócios e Seguros.

"A principal característica do alcoolismo é a perda de controle. Há pessoas que nem bebem todos os dias, mas, quando começam, não conseguem parar."

Dráuzio Varella, médico

"O mercado segurador poderia contribuir com campanhas de conscientização e prevenção, focando no slogan "se beber, não dirija."

José Varanda, ENS

CENÁRIO EXIGE POLÍTICAS PÚBLICAS EFICIENTES

A reação a esse quadro devastador passa por políticas públicas eficientes. No caso da OMS, uma das principais iniciativas em curso é a implantação do SAFER – um pacote técnico para apoiar os governos na redução do uso nocivo do álcool e seus impactos sanitários, sociais e econômicos. SAFER é a sigla das cinco intervenções mais efetivas nesse contexto:

1. Submeter a disponibilidade do álcool a restrições;
2. Avançar e impor medidas contra a direção sob o efeito do álcool;
3. Facilitar o acesso à triagem, à intervenção breve e ao tratamento;
4. Executar a proibição ou restrição abrangente à publicidade, ao patrocínio e à promoção de bebidas alcoólicas;
5. Reajustar o preço do álcool por meio de impostos sobre o consumo e políticas de preços.

Além disso, a Opas apoia seus estados membros na implementação do plano de ação sobre o álcool 2022-2030 da OMS. No Brasil, onde o consumo médio de álcool por pessoa é de 7,3 litros ao ano, o Governo Federal trabalha com o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil, 2021-2030 (Plano de Dant).

O plano tem sido uma diretriz para a prevenção dos fatores de risco das doenças crônicas não transmissíveis e para a promoção da saúde da população, com vistas a reduzir as desigualdades em saúde.

Nesse escopo, estão incluídos a criação e o fortalecimento de políticas e programas intersetoriais, a organização de serviços em rede, a construção de governança de processos, a produção de informações direcionadas à tomada de decisão baseada em evidências, o controle social e a inovação na gestão, na pesquisa e nos serviços de saúde.

O QUE A PAHOLA FAZ?

- A partir de evidências científicas, ela informa sobre o impacto do uso do álcool na saúde das pessoas.
- Avalia o risco de cada uma delas a partir de um questionário padronizado.
- Orienta as pessoas em risco a criar um plano de mudança para reduzir ou cessar o consumo de bebida alcoólica.
- Explica como ajudar alguém próximo com problemas relacionados ao uso de álcool.
- Encaminha pessoas em risco para tratamento e apoio no próprio país.
- Oferece apoio livre do estigma relacionado ao álcool.

COMO FUNCIONA?

- Utilizando inteligência artificial, a Pahola funciona de forma autônoma, interagindo empaticamente com os usuários ao abordar diversos tópicos relacionados ao álcool.
- Ela foi treinada com diálogos de conversação elaborados pela Opas em consulta com especialistas em álcool.
- Mais de 150 tópicos diferentes foram usados para capacitar o sistema a educar as pessoas em saúde relacionada ao uso do álcool, avaliar o risco e orientar o usuário a criar um plano de mudança.
- A habilidade de interagir com o usuário de forma empática vem do "cérebro digital", desenvolvido com base em neurociência e tecnologia de última geração.
- A Pahola utiliza um *software* de processamento de linguagem para interpretar dúvidas do usuário e manifestar expressões específicas.

[Por: Thais Motta Fotos: Divulgação, banco de imagens Google]

AGENDA SUSTENTÁVEL EXIGE ADAPTAÇÕES DE TODOS OS SETORES DA ECONOMIA

Relatório ratifica compromisso do Banco Central com mitigação de riscos advindos de mudanças climáticas. Mercado segurador é ferramenta importante nesse processo.

Os riscos ambiental, social e climático podem afetar a política monetária e o próprio equilíbrio do sistema financeiro do País. É o que observa um Relatório de Riscos e Oportunidades do Banco Central do Brasil sobre esses quesitos, que ratifica o compromisso da instituição em mitigar riscos decorrentes de mudanças ambientais e climáticas e de disparidades da afluência social.

Na última década, o BC deu um passo à frente ao emitir normativos com o intuito de iniciar a integração de fatores sociais e ambientais na análise de riscos das instituições financeiras (IFs). Mas, como preconiza o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, no prefácio da publicação, o trabalho de estabelecer regras prudenciais e indutoras de boas (e necessárias) práticas está apenas começando. "Serão necessárias adaptações nas mais diversas atividades econômicas. Essa etapa de transição não acontece da noite para o dia", pondera ele.

Para o BC, esse momento de atenção aos riscos também revela oportunidades importantes para o Brasil. "Temos biomas vastos e riquíssimos em biodiversidade animal e vegetal, além de alta tecnologia para manejo da agricultura e da pecuária. Com o apoio de um sistema financeiro avançado e capaz de prover recursos para esses setores com rapidez e eficiência, a transição para uma economia de baixo carbono pode, sem dúvida, ser benéfica para o desenvolvimento do País", afirma o documento.

O relatório do BC destaca ainda a escassez hídrica que tem afetado a matriz energética do País, gerando aumento do custo da energia e impactos na inflação, e as quebras de safra decorrentes da seca, com impactos expressivos nos reembolsos via Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), além de danos aos não segurados. Os exemplos mostram os impactos econômico-financeiros associados a fatores ambientais e desafios climáticos, relacionados com a missão do BC.

CARTEIRAS DE CRÉDITO

O BC publicou, em novembro do ano passado, o Relatório de Estabilidade Financeira (REF), com os resultados do primeiro exercício de avaliação da sensibilidade das carteiras de crédito das instituições financeiras ao risco físico, sob cenários atual e futuro de ocorrência de secas extremas. Para isso, usou projeções feitas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em conjunto com dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR).

"O BC tem acompanhado de perto a rápida evolução da agenda ambiental e climática em todo o mundo e, há cerca de dois anos, lançou a Dimensão Sustentabilidade da Agenda Estratégica do BC, conhecida como Agenda BC#. Isso reforça o compromisso da instituição com o tema ao destacar a relevância dessas questões para suas operações e estratégias", declara a assessoria de imprensa do órgão.

"A Agenda BC# reforça o compromisso da instituição com o tema ao destacar a relevância dessas questões para suas operações e estratégias."

Assessoria de imprensa, Banco Central

Uma das principais ações do banco é incentivar as instituições financeiras a adotar critérios ambientais, sociais e climáticos em suas atividades de empréstimo e investimento. Isso inclui a incorporação desses critérios nas práticas de gestão de risco e a melhoria na divulgação de informações ESG.

Desde 2017, bancos centrais de todo o mundo têm se reunido em torno de uma rede formal, a Network for Greening the Financial System (NGFS), acelerando importante troca de experiências, recomendações e melhores práticas. Há um grande esforço coordenado e global para identificação e quantificação dos riscos e das oportunidades que permitam ações efetivas para reduzir as desigualdades e alcançar uma relação mais equilibrada da atividade econômica com a natureza. Embora não haja ainda a consolidação de um padrão para as métricas, forma-se, aos poucos, um corpo de conhecimento que ajuda a avançar.

MITIGAR RISCOS

O mercado segurador, assim como as instituições financeiras, é um grande indutor de práticas socioambientais responsáveis para os demais mercados. A partir da inclusão das questões de sustentabilidade em seu modelo de negócios, as seguradoras influenciam toda sua cadeia de valor, ao exigir compromissos de seus segurados como condição para a contratação de apólices, como a de danos ambientais.

O BC e a Susep têm papéis importantes na promoção de uma economia mais sustentável e na proteção do meio ambiente. Os órgãos podem trabalhar de forma coordenada no âmbito do Coremec para alcançar esses objetivos, como, por exemplo, ao compartilhar desafios e soluções na gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos, discutir medidas de regulação e divulgar informações socioambientais. A promoção da educação financeira e ambiental para o público em geral também contribui para estimular uma cultura de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

Uma das principais ações do BC é incentivar as instituições financeiras a adotar critérios ambientais, sociais e climáticos em suas atividades de empréstimo e investimento.

Para o setor de seguros, questões ambientais e mudanças climáticas têm grande impacto, já que esses eventos climáticos extremos ampliam, cada vez mais, as perdas seguradas de vários ramos e modalidades de seguros, dos

patrimoniais ao de saúde e vida, tendo em vista a incidência de doenças crônicas relacionadas a poluentes e alterações de padrões climáticos.

Os recentes anúncios da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, sobre a criação de secretarias e instâncias ligadas à agenda climática e a questões ambientais, reforçaram o compromisso do atual governo com a agenda de sustentabilidade. O combate ao desmatamento, o fomento à bioeconomia e o incentivo às finanças sustentáveis estão entre as principais estratégias para promover um modelo econômico que concilie a preservação ambiental com a geração de renda.

"Uma parcela significativa do setor privado está inclinada a participar de atividades que contribuam para o desenvolvimento sustentável do País. Entre as empresas desse grupo, as seguradoras podem contribuir positivamente para fomentar a adaptação climática e uma economia de baixo carbono", afirma Luciana Dall'Agnol, superintendente de Relações de Consumo e Sustentabilidade da CNseg.

"De maneira geral, a gestão adequada dos riscos ambientais e climáticos pode aprimorar o resultado das seguradoras via atenuação dos impactos da sinistralidade, de eventuais judicializações e via oferta de novos produtos e serviços. Além dos impactos operacionais, há ainda impactos na imagem reputacional das companhias", acrescenta Pedro Werneck, analista da CNseg.

> ***"Uma parcela significativa do setor privado (incluindo as seguradoras) está inclinada a participar de atividades que contribuam para o desenvolvimento sustentável do País."***
>
> **Luciana Dall'Agnol,** CNseg

SEGUROS PODEM ATUAR PARA FORTALECER ALGUMAS AGENDAS LIGADAS AO CLIMA

"Desmatamento zero"

Imposição de restrições de negócios para empresas ligadas ao desmatamento.

As "mudanças no uso da terra" são responsáveis por cerca de 50% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no País. "Ao investigar o histórico do cliente com atividades relacionadas ao desmatamento ou à exploração não sustentável de recursos naturais, a seguradora pode definir critérios que envolvam restrições ou limites para realização de negócios.

"Bioeconomia"

Novos processos envolvem novos riscos que demandam proteção securitária.

A bioeconomia é a ciência que estuda os sistemas biológicos e os recursos naturais aliados à utilização de novas tecnologias com propósito de criar produtos e serviços mais sustentáveis. O apoio das seguradoras pode se dar por meio da criação de novos produtos e serviços que levem em conta processos mais sofisticados e sustentáveis.

"Finanças Sustentáveis"

Investimentos em títulos verdes, sociais e SLBs (Sustainable Linked Bonds).

O mercado de finanças sustentáveis no Brasil tem sido alvo de importantes políticas públicas nos últimos meses. Desde o final de 2022, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vem publicando gradualmente normativos que visam aumentar o fluxo de investimentos categorizados como socioambientais responsáveis. O setor de seguros pode ser investidor ou emissor de títulos ligados à agenda ASG, incrementando o avanço de projetos de reflorestamento e de diversificação da matriz energética, por exemplo.

[**Por:** Fernanda Thurler **Fotos:** Divulgação, banco de imagens Google]

PLANEJAMENTO FINANCEIRO E PROTEÇÃO DA RENDA ENTRAM NO FOCO DE FAMÍLIAS

Contratação do seguro Prestamista, em contínua expansão nos últimos anos, demonstra postura mais cautelosa dos consumidores brasileiros

A pandemia do coronavírus está se revelando um "divisor de águas" na interpretação cultural do brasileiro quanto à necessidade de proteção financeira. A população começa a ter mais consciência da importância de proteger a renda e o patrimônio da família com produtos de seguros ou plano de previdência.

Herança de um longo processo inflacionário (por cerca de meio século o País teve nove moedas diferentes), a dificuldade de pensar no futuro e controlar o orçamento pessoal e o doméstico começa a dar lugar à preocupação com o planejamento financeiro.

O crescimento de 13,1% no volume de prêmios diretos de seguros de pessoas registrado em 2022 (R$ 57,9 bilhões) é uma forte sinalização nesse sentido, analisa Hilca Matos, vice-presidente da Comissão de Produtos de Risco da FenaPrevi.

"Especialmente porque começamos a ver a desburocratização da proteção principalmente do seguro de vida individual, que cresceu 23%. O desempenho do produto mostra maior conscientização da necessidade de proteção por parte do indivíduo", avalia a executiva.

Pesquisa recente divulgada pela Febraban também corrobora a tese de preocupação do brasileiro com o controle do orçamento financeiro. De acordo com a 13ª edição do Observatório Febraban – Pesquisa Febraban-Ipespe em 2023, mais da metade dos brasileiros presume que estarão menos endividados ao longo deste ano e boa parte deles avalia que sua situação financeira já está se recuperando. O estudo ouviu três mil pessoas nas cinco regiões do País no fim do ano passado.

RITMO DE EXPANSÃO

Segundo Luiz Fernando Castelli, gerente de Assuntos Econômicos da Febraban, depois de três anos seguidos de expressivo crescimento na concessão de crédito para famílias e empresas, o ritmo

> ***"O seguro de vida individual cresceu 23%. O desempenho do produto mostra maior conscientização da necessidade de proteção por parte do indivíduo."***
>
> **Hilca Matos,** FenaPrevi

de expansão anual da carteira de crédito deverá voltar, neste ano, ao nível de crescimento de 8%.

Na sua avaliação, o nível de crédito para famílias, principalmente as linhas de consumo, como cartão de crédito e crédito consignado, deve voltar aos níveis registrados antes da pandemia. "Vínhamos de um ritmo de 17% de crescimento ao ano e devemos baixar para uma taxa inferior a 10%", informa.

Em contrapartida, o executivo avalia que os índices de inadimplência também devem cair ao longo de 2023. "A previsão é que, com a melhora nos índices de inflação e a redução nas taxas de juros a partir do segundo trimestre, a inadimplência volte aos patamares anteriores aos da pandemia", afirma.

A pesquisa Observatório Febraban já havia identificado essa tendência. Pelo estudo, a expectativa positiva sobre a recuperação das finanças pessoais se reflete na projeção do endividamento: mais da metade dos entrevistados (56%) acredita que estará menos endividada em 2023 do que em 2022.

Segundo a pesquisa, essa percepção é mais comum na faixa de 18 a 24 anos (64%) e menos frequente entre os que têm 60 anos ou mais (49%). Para 28%, o endividamento permanecerá o mesmo, 11% temem estar mais endividados e 5% não souberam responder.

INADIMPLÊNCIA

De fato, essa redução já vem ocorrendo. Depois de 11 meses seguidos de alta, o Brasil finalmente registrou queda no número de inadimplentes em dezembro passado. De acordo com os dados do Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas do Serasa, 69,4 milhões de brasileiros estavam inadimplentes no último mês de 2022.

Embora ainda considerado elevado, o número representa uma queda de 430 mil pessoas em relação ao registrado em novembro (69,83 milhões). O valor de todas as dívidas juntas ultrapassou R$ 312 bilhões em dezembro, o que, numa simulação livre, é como se cada um dos inadimplentes estivesse devendo R$ 4.495,67.

De acordo com dados do Serasa, o cartão de crédito continua sendo o maior responsável pelas dívidas não pagas (28,7%), seguido pelas contas básicas (22,25%) e pelo varejo (11,47%). Ainda reforçando a tendência de melhoria da saúde financeira da população, a renegociação das dívidas é apontada pela entidade como um dos principais fatores para a diminuição do número de inadimplentes.

Dentro do programa Feirão Limpa Nome, foram realizados, no último bimestre do ano passado, 8,4 milhões de acordos, o que foi classificado como "o maior número de negociações da história da Serasa". As mulheres foram as que mais renegociaram suas dívidas no fim do ano.

SEGURO PRESTAMISTA

O seguro prestamista é um instrumento que vem sendo utilizado para afastar o risco da inadimplência e também sinaliza a preocupação do consumidor com o controle das finanças, argumenta a vice-presidente da Comissão de Produtos de Risco da FenaPrevi.

Forte aliado da educação financeira, o produto destinado a assegurar o cumprimento de obrigação de pagamento vem se expandindo no mercado brasileiro. Somente no ano passado, o crescimento no montante de prêmios foi de 7,12% — R$ 16,7 milhões de janeiro a dezembro de 2022 contra R$ 15,6 milhões em igual período de 2021.

"A previsão é que, com a melhora nos índices de inflação e a redução nas taxas de juros, a inadimplência volte aos patamares anteriores aos da pandemia."

Luiz Fernando Castelli, Febraban

"A contratação do seguro poderá ser ampliada se o consumidor perceber a vantagem que representa na eventual ocorrência dos eventos cobertos."

José Varanda, ENS

O cartão de crédito continua sendo o maior responsável pelas dívidas não pagas (28,7%), seguido pelas contas básicas (22,25%) e pelo varejo (11,47%).

Dados do Serasa

"Um dos maiores medos das pessoas é o de não conseguir honrar o pagamento das parcelas de suas compras. E, embora estejamos bem abaixo dos números observados nos mercados de seguros de países equivalentes ao Brasil em participação no PIB, podemos observar uma valorização importante do seguro prestamista no País", afirma Hilca Matos.

Ela lembra que em um período de perda de renda e de entes queridos, como ocorreu na pandemia, o seguro passa a ser considerado fundamental para composição de um bom planejamento financeiro familiar. "À medida que a conjuntura for melhorando do ponto de vista econômico, mais pessoas vão aderir a esse tipo de proteção financeira", estima.

Professor e coordenador das Graduações em Administração e Gestão de Seguros da Escola Superior Nacional de Seguros (ENS), José Varanda argumenta que o produto — uma solução para a quitação de dívidas com instituições financeiras — não se aplica apenas aos casos de morte ou invalidez do segurado.

"O produto pode ser usado também para empréstimos pessoais e consignados, prestações de consórcios, dívidas de cartões de crédito, crédito estudantil, cobertura de cheque especial ou de carnês não saldados de crediários e outros tipos de financiamento que envolvam crédito financeiro."

Ele também considera que os seguros do grupamento de pessoas, aí incluído o seguro prestamista, deverão continuar a crescer, principalmente em razão do alto nível de inadimplência e da consequente necessidade de as empresas terem garantia de retorno dos valores financiados, nos casos de ocorrência dos eventos cobertos pelo seguro.

Varanda e Hilca compartilham a opinião de que o produto já vem tendo sua contratação ampliada. "A contratação desse tipo de seguro permite ao segurado ter uma certa tranquilidade de que não ficará inadimplente, principalmente, nos casos de dívidas em cartões de crédito, cheques especiais ou compra de imóveis", avalia o professor.

Os dois especialistas também defendem a ampliação da distribuição do produto com sua inclusão na jornada do consumidor. Para eles, a contratação do seguro poderá ser ampliada se o consumidor perceber a grande vantagem que representa na eventual ocorrência dos eventos cobertos.

Além disso, vale lembrar que mais segmentos econômicos poderão incrementar a oferta, como construtoras e incorporadoras, que podem oferecer a proteção no ato da venda de imóveis, colocando ao lado de administradoras de cartão de crédito, instituições financeiras em geral e empresas que vendem bens ou serviços na forma de crediário.

Dados em R$ bilhões

Prestamista	2018	2019	2020	2021	2022
Prêmios	11,34	13,73	14,72	15,62	16,73
Sinistros	1,58	1,79	2,31	3,74	2,61

Fonte: Elaborado pela Fenaprevi a partir dos dados da base SES / SUSEP

[**Por:** André Felipe de Lima **Fotos:** Divulgação, banco de imagens Google]

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL JÁ FAZ PARTE DA ROTINA DE TRIBUNAIS BRASILEIROS

São 53 tribunais no País que desenvolvem soluções com o uso dessa tecnologia, desde instâncias estaduais a superiores, segundo o CNJ.

A inteligência artificial (IA) entrou na rotina de juízes e advogados de forma irreversível. Levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontou aumento expressivo do número de projetos de inteligência artificial no Poder Judiciário brasileiro no ano passado: 111 projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento nos tribunais com o uso da tecnologia.

Já são 53 tribunais no País que desenvolvem soluções com uso da inteligência artificial, desde instâncias estaduais até superiores, em Brasília, como aponta o relatório da segunda fase da pesquisa sobre IA nos tribunais brasileiros. O estudo "Tecnologias aplicadas à gestão de conflitos no Poder Judiciário com ênfase no uso da inteligência artificial" foi divulgado em dezembro passado pelo Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da FGV Conhecimento, sob a orientação do ministro Luís Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Com base em análises quantitativa e qualitativa do uso da IA no Judiciário, o relatório identificou os tribunais – e aí estão incluídos STF, STJ, TSE, os cinco Tribunais Regionais Federais, os 23 Tribunais de Justiça e os 13 Tribunais Regionais do Trabalho, além do CNJ –, que utilizam recursos de IA em alguma ou várias atividades do dia a dia.

Há muitas tecnologias empregadas como, por exemplo, os sistemas Athos, usados no STJ para identificar e monitorar temas repetitivos em processos, e o Julia (Jurisprudência Laborada com Inteligência Artificial), empregado no TRF da 3ª Região para orientar a localização de processos suspensos por conta de decisões que ainda devam ser reformadas.

Algumas sentenças, mesmo que em menor quantidade, já são proferidas com o suporte da IA, especialmente para efeito de triagem, classificação e propostas de decisão. Destacam-se os casos mais simples ou causas repetitivas e aquelas em que há jurisprudência consolidada, além dos casos de admissibilidade de recursos. Quem informa é a advogada Ana Frazão, especialista no tema e professora de Direito Civil, Comercial e Econômico da Universidade de Brasília (UnB) e presidente da Comissão de Direito Econômico da OAB Federal.

Segundo ela, um exemplo dessa faceta digital encontra-se no STF, com o sistema Victor, que auxilia na identificação de temas de repercussão geral. "A decisão algorítmica, embora consiga ser muito eficiente no processamento de dados e na acuidade, também tem suas vulnerabilidades, como os incidentes de segurança. Por exemplo: um *hacker* pode manipular um sistema e, consequentemente, o conteúdo de decisões judiciais, sem que sequer se perceba facilmente", explica.

Por outro lado, ressalta a advogada, os julgamentos algorítmicos têm vantagens em relação aos dos seres humanos no que diz respeito à objetividade e à acurácia. "Mas eles não são necessariamente superiores em muitos casos. Na verdade, esses sistemas simplesmente replicam o passado no futuro. Muitas vezes, a atua-

"A decisão algorítmica, embora seja muito eficiente no processamento de dados e na acuidade, também tem vulnerabilidades, como os incidentes de segurança."

Ana Frazão, advogada e professora da UnB

ção que se espera de um juiz, em determinados casos, é superar o passado e propor novas orientações", pondera Ana.

FALTA REGULAÇÃO

A falta de um marco regulatório para o uso da IA nas esferas da Justiça é outro aspecto preocupante para essa jornada digital. A ausência de uma regulação para o tema causa insegurança, e não há garantia de utilização ética e responsável da inteligência artificial, alerta a advogada.

"Isso é muito preocupante, pois cada vez mais os sistemas de inteligência artificial têm sido utilizados para tomada de decisões que impactam a vida dos indivíduos, na medida em que estabelecem quem terá acesso a determinadas oportunidades e em que condições, quem vai exercer tais direitos e em que condições. E, além de todos os riscos e impactos, há a questão da própria obscuridade, da falta de transparência e de *accountability*", alerta.

Advogados, juízes e promotores têm dificuldade em aceitar a inteligência artificial como uma substituta para os juízes, pelo menos no estágio atual de seu desenvolvimento, até porque as máquinas não têm consciência moral e responsabilidade.

"As vantagens dos julgamentos algorítmicos sobre os humanos, sem dúvida nenhuma, nem compensam nem afastam uma série de características da natureza humana que são fundamentais para essa decisão", avalia Ana Frazão, que é organizadora do livro "Inteligência Artificial e Direito – Ética, Regulação e Responsabilidade", juntamente com Caitlin Mulholland, professora do programa de pós-graduação em Direito Constitucional e Teoria do Estado da PUC-Rio.

Ana Frazão sugere que o melhor cenário para o futuro da IA nos tribunais é uma combinação entre o julgamento da máquina e o julgamento do homem. "Se conseguirmos atingir esse equilíbrio, sem dúvida nenhuma vamos conseguir chegar às melhores decisões sob diversos critérios", conclui.

"É necessário olhar para a inteligência artificial como aliada para a melhoria das condições de vida e tarefas que são engendradas nas instituições e ações humanas."

Amini Haddad, CNJ

PROJETO-PILOTO

Juíza auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e magistrada responsável pelo acompanhamento e monitoramento da política judiciária de combate à violência contra as mulheres, Amini Haddad Campos está à frente da complexa e relevante implantação de uma ferramenta de IA que auxiliará juízes que lidam com casos de feminicídio.

O projeto-piloto será instalado no Tribunal de Justiça do Ceará e é desenvolvido pelo CNJ com financiamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A ferramenta busca identificar vários elementos, dados processuais e informes (legislação, precedentes, jurisprudência e notícias oficiais) que atestem a ocorrência de violência baseada na desqualificação, coisificação e apropriação do feminino, então denominada violência de gênero contra a mulher. A ferramenta de base é o Justiça 4.0, voltado para dimensionar soluções judiciais ao Poder Judiciário.

"Quanto à característica de busca inteligente, tem-se uma análise a partir de um plano simbólico hábil à orientação na perspectiva de gênero quanto aos casos de feminicídio. Mas não somente dessa modalidade de tipologia. A leitura pode também ocorrer para outros casos, para fins de diversos focos da conduta criminosa", descreve a juíza Amini Haddad.

Para as leituras processuais, a ferramenta artificial recorre a algoritmos que buscam reconhecer a motivação e as circunstâncias que tipificam a conduta criminosa. "Isso ajudará juízes, quando da evidência de assassinatos, para verificar condutas que norteiam o feminicídio. Mas, no futuro, haverá avanço à compreensão de outros casos, como as circunstâncias da violência sexual, assédios, perseguição etc.", diz a juíza. O projeto-piloto deverá ser integralmente implantado ainda neste ano.

TJ-CE terá projeto-piloto desenvolvido pelo CNJ e PNUD, para identificar elementos, dados processuais e informes que atestem a violência de gênero contra a mulher.

Amini Haddad ressalta que a inteligência artificial já é muito usada, mas acrescenta que é fato comum as pessoas se sentirem inseguras com um panorama desconhecido. "A inteligência artificial precisa ser desmitificada. Ela é parte do nosso dia a dia, soluciona muitas intercorrências afetas à rotina, ainda que não percebamos essa dimensão da realidade. É necessário olhar para a inteligência artificial como uma aliada para a melhoria das condições de vida e tarefas que são engendradas nas instituições e ações humanas", pondera.

Sempre na vanguarda, os Estados Unidos contam com um complexo sistema de IA que presta "consultoria" como se fosse um advogado, segundo a imprensa local. A justificativa para a vereda digital no campo judiciário americano é desafogar o trabalho de juízes que vivem diariamente às voltas com um amontoado de processos sobre suas mesas.

JUIZ-ROBÔ: UMA *FAKE NEWS* DE REPERCUSSÃO MUNDIAL

Muitas pessoas torceram o nariz quando, em março de 2019, a revista americana *Wired* publicou uma notícia "bombástica": um jovem de 28 anos, chamado Ott Velsberg, então doutorando de Tecnologia da Informação, afirmara estar supervisionando, na época, um ousado (e não menos polêmico) projeto do Governo da Estônia, país da região báltica que é referência em digitalização social, para o uso da inteligência artificial (IA) na criação de um suposto juiz-robô.

A máquina seria capaz de (por incrível que possa parecer) proferir sentenças simples para pequenas causas que envolvessem quantias de até sete mil euros. A notícia, rica em detalhes, desencadeou uma onda de questionamentos, alguns inconformados e até irascíveis, nos meios jurídicos em todos os países.

A *Revista de Seguros* entrou em contato com a diretora da Divisão de Relações Públicas do Ministério da Justiça da Estônia, Maria-Elisa Tuulik, para checar a informação alardeada até hoje como indiscutível verdade por alguns dos principais veículos de imprensa do mundo inteiro.

"O artigo sobre o projeto estoniano de criar um 'robô-juiz' na *Wired* é enganoso. Não houve esse projeto nem mesmo ambição do setor público da Estônia nesse sentido. O Ministério da Justiça da Estônia não desenvolve um juiz-robô de IA para procedimentos de pequenas causas nem procedimentos judiciais gerais para substituir o juiz humano."

Ela afirmou que ainda hoje estão procurando meios de *Tecnologia da Informação e Comunicação* para tornar a carga de trabalho do tribunal, incluindo a administrativa mais suportável.

"Mais precisamente, o Ministério da Justiça procura oportunidades de otimização e automatização das etapas processuais do tribunal em todos os tipos de procedimentos, incluindo decisões processuais sempre que possível", confirmou Maria-Elisa Tuulik à reportagem.

> ***"O artigo sobre o projeto estoniano de criar um 'robô-juiz' na Wired é enganoso. Não houve nem mesmo ambição do setor público da Estônia nesse sentido."***
>
> **Maria-Elisa Tuulik,** Governo da Estônia

[**Por:** Mariana Santiago **Fotos:** Divulgação, banco de imagens Google]

AIDA JOVEM QUER ATRAIR ADVOGADOS RECÉM-FORMADOS PARA O SEGURO

Programa aproxima a entidade de universidades públicas e privadas para disseminar informações sobre o Direito do Seguros entre os estudantes.

O projeto AIDA Jovem ganhou novo incentivo no ano passado, quando a atual diretoria da entidade no País (biênio 2022-24) retomou as atividades do programa, iniciado em 2017 para aproximar a Associação Internacional de Direito de Seguros (AIDA Brasil) das universidades, especialmente na graduação e na pós-graduação. O objetivo é despertar o interesse dos jovens pelo Direito do Seguro.

Luiza Petersen, que preside o grupo, ressalta que esse segmento do Direito não costuma ser objeto de disciplina específica nos currículos da maioria dos cursos de graduação do País. "Quando muito, é lecionado como um tipo contratual específico na disciplina de contratos em espécie. Daí a importância do projeto, que busca disseminar entre os estudantes essa matéria ainda desconhecida nas universidades", explica.

Um dos marcos das atividades de retomada da AIDA Jovem foi a realização, em dezembro, do evento online "Advocacia e oportunidades de carreira no Direito dos Seguros", que apresentou ao público jovem as oportunidades da carreira nesse segmento. A mesa virtual reuniu o professor e diretor vice-presidente acadêmico da AIDA Brasil, Pery Saraiva Neto, e o professor doutor Thiago Junqueira, e foi mediada pelo presidente da AIDA Brasil, Juliano Ferrer, e por Luiza Petersen.

> ***"Quando abordamos aspectos essenciais desse segmento do Direito e as oportunidades que a carreira oferece, buscamos atrair novos colegas para o grupo."***
>
> **Luiza Petersen,** AIDA Jovem

O rol de ações do programa prevê a realização de reuniões periódicas no formato online ou presencial, eventos e palestras, em que são abordados temas essenciais ao Direito dos Seguros e à advocacia securitária. Desenvolvidas no escopo do programa AIDA Jovem, as ações visam atrair advogados recém-formados para esse ramo de atuação, de acordo com a presidente.

"Quando abordamos aspectos essenciais desse segmento do Direito e as oportunidades que a carreira oferece, buscamos atrair novos colegas para o grupo. Da mesma forma, divulgando

nossa programação perante universidades públicas e privadas, levamos novos conhecimentos e convidamos os interessados a participar das atividades do AIDA Jovem", detalha.

Este é um dos objetivos-base da fundação do AIDA Jovem: fazer com o que o advogado recém-formado possa enxergar oportunidades de carreira no mercado de seguros, com destaque para a atuação na advocacia contenciosa, consultiva ou regulatória e nos quadros jurídicos internos das seguradoras.

"Da mesma forma, desperta interesse no âmbito acadêmico, por meio de cursos de especialização, mestrado e doutorado, em que crescem as oportunidades e o interesse pelo estudo desse segmento", esclarece a presidente.

CONGRESSO EM MARÇO

Oferecer inscrições gratuitas ou com descontos para participação nas atividades e eventos promovidos pela entidade é outra forma de chamar atenção dos jovens. Segundo Luiza Petersen, no próximo Congresso da AIDA (*congressoaida.com.br*), programado para ocorrer nos dias 30 e 31 de março, em Foz do Iguaçu, no Paraná, os estudantes de graduação em Direito terão desconto na inscrição. A próxima reunião do grupo jovem abrirá as atividades do congresso.

A estrutura da AIDA Jovem se espelha no formato e no funcionamento dos grupos nacionais de trabalho da entidade, o que se dá pela constituição de um grupo de trabalho formado por jovens profissionais e operadores do Direito, estudantes da graduação ou pós-graduação, com até 35 anos de idade.

O projeto AIDA Jovem tem também representação internacional em países como Portugal e Argentina. Da mesma forma, o CILA (Comitê Ibero Latino-Americano de AIDA) constituiu recentemente sua nova comissão Jovem (CILA Jovem), presidida por Carlos José María Federik, tendo Luiza Petersen como vice-presidente, e Franca Lo Bue, como secretária.

Promover a integração da AIDA Jovem Brasil com a de outros países, buscando o intercâmbio e a troca de experiências no Direito dos Seguros, está entre os principais objetivos da entidade, explica Luiza. "Com a retomada das atividades, queremos atrair os jovens operadores do Direito e criar incentivos para que eles participem das atividades organizadas e se integrem ao nosso quadro social."

Fundada em dezembro de 1960, a seção brasileira da AIDA promove, desde 2007, congressos nacionais que reúnem advogados, magistrados, juízes, professores e juristas interessados em Direito do Seguro, em diferentes capitais brasileiras. Por meio de seus grupos nacionais, a entidade trata dos temas que envolvem os contratos do setor de seguros.

[**Por:** Michel Alecrim **Fotos:** Divulgação, banco de imagens Google]

COMUNIDADES ALTERNATIVAS ADMINISTRAM FUNDOS NO MUNDO VIRTUAL

Organizações Autônomas Descentralizadas prometem mais segurança no registro de documentos e na gestão de bens, mas ainda geram incertezas.

Foi-se o tempo em que a oficialização e o funcionamento de uma organização exigiam registro de contrato em cartório. A tecnologia está permitindo o surgimento de comunidades com diversas finalidades cujos estatutos e transações são gravados totalmente na forma digital. São as chamadas Organizações Autônomas Descentralizadas (DAOs, na sigla em inglês). Além da base tecnológica, esses grupos se caracterizam pela estrutura hierárquica menos rígida ou total falta de níveis de poder e até dispensam a figura de um diretor-presidente ou CEO.

Essas comunidades surgiram em razão da necessidade de garantir mais segurança aos dados (documentos ou bens digitais). A vantagem com relação às tradicionais papeladas é que são baseadas em informações registradas igualmente em todos os computadores dos membros, seguindo o modelo da tecnologia *blockchain*.

Por ter validação em cadeia, uma invasão isolada não destrói documentos protegidos. Há também mais transparência e democratização nas decisões. O modelo tem sido usado principalmente para transações de bens ou moedas digitais, mas a tendência é que seja viável também para operações no mundo físico.

Um exemplo de DAO que não só se firmou como ganhou a atenção do *venture capital* é a Fingerprints. Fundada em 2021 por brasileiros, funciona como uma galeria de arte digital. A primeira coleção lançada por eles foi uma série de arte generativa intitulada "Autoglyphs", da Lava Labs. As imagens são únicas, mas derivam de um mesmo algoritmo-base. A organização já tem mais de 250 membros, entre artistas digitais, colecionadores e investidores.

SMART CONTRACTS

Essa revolução nos negócios está sendo possível em grande parte em virtude do nascimento da Etherium, em 2015. Segundo Gabriel Aleixo, especialista em *blockchain* e criptomoedas, esse foi um marco importante que permitiu o surgimento dos *smart contracts*, que estabelecem não só as regras de governança das organizações, como o papel de cada membro, as tarefas a serem executadas e a participação de cada um nos resultados. São documentos teoricamente invioláveis, e as regras de transparência garantem que as decisões não sejam tomadas sem a anuência dos participantes.

"Da mesma maneira que o *blockchain* garante que uma pessoa não gaste bitcoins de outra, também as organizações descentralizadas impedem que um membro vote no lugar do outro, por exemplo. É evidente que uma empresa tradicional, que lida com o mundo físico, não tem como converter todas as atividades em digitais, mas já é possível substituir etapas de alguns negócios por *blockchain*", explica Aleixo.

Já há milhares de DAOs pelo mundo, que dificilmente se restringem a fronteiras de países. Apesar da lógica descentralizada, algumas procuram ter uma cara mais nacionalista, como a Bankless Brasil, que se autointitula a primeira totalmente brasileira.

A comunidade segue princípios defendidos por um movimento que nasceu nos Estados Unidos com o objetivo de tornar um bilhão de pessoas livres dos bancos. No país, a organização difunde educação financeira e prega a autonomia total do sistema financeiro por parte dos adeptos.

DESCONFIANÇA

Para a advogada Angelica Carlini, há de fato nas DAOs uma forte vertente de revolta ou raiva, tendo em vista a crise de credibilidade vivida pelo sistema financeiro, após a crise internacional de 2008. Por isso, a ênfase dada por essas iniciativas à validação dos dados e ao combate às fraudes, bem como à transparência e a descentralização das decisões.

O avanço tecnológico que permite cada vez mais capacidade de processamento e armazenamento de dados aos computadores é um fator que permitiu essa inovação. Mas o fato de os participantes das organizações manterem-se anônimos é uma questão que ainda gera desconfiança, segundo ela.

"Uma questão primordial, que tem preocupado os bancos centrais e as autoridades no mundo todo, é como regular essa prática. Como criar regras para essas pessoas que não querem aparecer? Algo semelhante ocorreu com as contas numeradas da Suíça, que tiveram que mudar depois dos atentados de 11 de setembro de 2001", explica Carlini.

Além da possibilidade de parte, ainda que pequena, dessas organizações estar encobrindo atividades criminosas, o risco de fraude ainda existe. São potenciais prejuízos que o sistema jurídico ainda não está preparado para investigar nem julgar. Por isso, já se discute, principalmente na Europa, a criação de um "direito de *blockchain*", ao mesmo tempo em que bancos centrais estudam criar suas moedas digitais.

"Esse é um sinal de que essa não é uma modinha. Veio para ficar! Possivelmente, esses contratos vão requerer seguro no futuro. Mas as seguradoras só vão garantir operações depois de muito estudo e *sandboxes*, o que pode demorar anos", afirma a advogada.

A proliferação rápida desse modelo e a rapidez com que a tecnologia avança dificultam a regulação, o que motiva muitos a defenderem a autorregulação. A criação de leis tende a ser cada vez mais discutida, e é o primeiro passo para a oferta de seguros para os contratos e operações com as DAOS.

"Por mais que falemos de tecnologias descentralizadas, o risco das operações virtuais está ficando muito centralizado. Em uma única wallet, é possível ter dinheiro, assinatura digital e várias outras coisas. Isso acaba sendo uma oportunidade grande para os seguros devido ao risco", avalia Aleixo.

> *"Uma empresa tradicional não tem como converter todas as atividades em digitais, mas já é possível substituir etapas de alguns negócios por* blockchain."
>
> **Gabriel Aleixo,** especialista

> *"Esses contratos vão requerer seguro no futuro. Mas as seguradoras só vão garantir operações depois de muito estudo e* sandboxes."
>
> **Angélica Carlini,** advogada

[**Por:** Carla Severino **Fotos:** Divulgação, banco de imagens Google]

PROFISSIONALIZAÇÃO DO ESPORTE PODE DESTRAVAR SEGUROS PARA ATLETAS

Após 25 anos da promulgação da Lei Pelé, contratação de seguros de vida para esportistas ainda é baixa. As SAFs podem ser a saída para mudar esse quadro.

A obrigatoriedade de contratar seguros de vida e de acidentes pessoais para atletas profissionais, amadores e em formação – prevista na Lei Pelé (Lei 9615/98), que faz 25 anos em março e estabelece normas para diversos assuntos referentes à condução do esporte – não vem sendo cumprida pelas entidades esportivas, e boa parte dos atletas continua sem proteção.

Segundo o subscritor de Vida e Saúde do IRB Brasil RE, Ricardo Diuana, muitos clubes, que já tinham problemas para cumpri-la na época da promulgação, não seguem à risca o que determina a lei. "Naquele período, os clubes estavam piores financeiramente do que estão hoje", afirma.

Dados da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) indicam que há cerca de 780 clubes profissionais no País e aproximadamente 22 mil atletas profissionais. No caso dos amadores, que recebem para jogar, mas exercem também outras profissões, o número ultrapassa a 300 mil pessoas, a maioria deles desprotegida. E as instituições ficam expostas ao pagamento de altas indenizações, caso ocorram acidentes com o atleta no exercício da atividade.

Diuana acredita que a modalidade de seguros para atletas tem potencial de desenvolvimento, principalmente com a profissionalização do futebol. Ele se baseia na lei da Sociedade Anônima do Futebol (SAF), que incentiva a migração dos clubes para o formato de clube-empresa.

O objetivo é resgatá-los de situações de crise, dando oportunidade para a atração de novos investimentos com maior segurança jurídica. Times da série A do Brasileiro, como Cruzeiro, Vasco, Botafogo e Bahia, já foram enquadrados na SAF.

"As chamadas SAFs podem facilitar muito as coisas, porque exigem uma gestão profissional dos clubes que ou viram empresas ou separam a parte recreativa da do futebol", diz Diuana.

> ***"As chamadas SAFs podem facilitar muito as coisas, porque exigem uma gestão profissional dos clubes que ou viram empresas ou separam a parte recreativa da do futebol."***
>
> **Ricardo Diuana,** IRB Brasil RE

Quando um atleta sofre lesão e é dispensado sem ter seguro, e o clube não o devolve apto ao trabalho, o sindicato tem que entrar com pedido de indenização na Justiça."

Reinaldo Martorelli, sindicato SP

O crescimento das *insurtechs* também é visto com bons olhos pelo executivo da IRB Brasil. Ele acredita que as *startups* do mercado de seguros facilitariam a introdução do seguro de atletas profissionais no mercado, com subscrição especializada.

Comum nos Estados Unidos e na Europa, o seguro profissional pode ser um dos caminhos para o crescimento do seguro esportivo no Brasil. Quando estão relacionados somente aos atletas, os seguros podem ser divididos entre coberturas tradicionais de morte e invalidez e para profissionais, que praticamente ainda não existe no Brasil. Com a profissionalização dos clubes, há um potencial crescente para esse tipo de seguro.

O seguro atleta oferecido em outros países em geral cobre invalidez total permanente ou temporária. Para se enquadrar na Lei Pelé, a solução seria a criação de produtos específicos por aqui, afirma Diuana. "As seguradoras poderiam conjugar com seguros de morte, porque o profissional não contempla essa questão. A vantagem de fazer um seguro por invalidez profissional pode ser uma garantia maior para o atleta."

No entanto, ele ressalta que o bom desenvolvimento do produto é fundamental, já que o custo é alto. "A criação depende do volume de adesão e do interesse dos clubes. Tem de ser bem trabalhado no mercado, pois são seguros mais caros", acrescenta.

BAIXA ADESÃO

O presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais de São Paulo, Reinaldo Martorelli, avalia que a lei foi positiva para os esportistas, mas queixa-se da falta de produtos no mercado segurador que atendam às especificidades da profissão. Isso, segundo ele, resulta na baixa adesão dos clubes.

"Não há apólices específicas para o que a lei determina, como, por exemplo, com cobertura para afastamento temporário. Não é possível cobrar dos clubes que façam a contratação de apólices nesses termos. Quando um atleta sofre lesão e é dispensado sem ter seguro, e o clube não devolve o atleta apto para o trabalho, o sindicato tem que entrar com pedido de indenização na Justiça", aconselha Martorelli.

Pela Lei Pelé, "entidades de prática desportiva são obrigadas a contratar seguro de vida e de acidentes pessoais, vinculado à atividade desportiva, para os atletas profissionais, com o objetivo de cobrir os riscos a que eles estão sujeitos."

No caso dos profissionais, "a importância segurada deve garantir ao atleta profissional, ou ao beneficiário por ele indicado no contrato de seguro, o direito à indenização mínima correspondente ao valor anual da remuneração pactuada."

Já entre os amadores, é estipulado um prêmio de "12 vezes o valor do salário-mínimo vigente ou 12 vezes o valor do contrato de imagem ou de patrocínio referentes à atividade desportiva, o que for maior."

Para atletas em formação não há valor estipulado, mas "garantia de seguro de vida e de acidentes pessoais para cobrir as atividades do atleta contratado e especificação dos itens de gasto para fins de cálculo da indenização com a formação desportiva."

A exigência não se restringe ao futebol, mas os casos de jogadores milionários são os mais evidenciados. Para se ter uma ideia, na época em que Cristiano Ronaldo jogava no Real Madrid, os jornais noticiaram que o clube fez um seguro de 103 milhões de euros, quase R$ 550 milhões, para proteger as pernas do português.

CAPITAL SEGURADO

Os seguros de vida para atletas têm características específicas, a começar pela análise do capital segurado. Para definir esse valor, a regra convencional de múltiplo salarial e análise financeira não é usada.

"O cálculo não é exatamente por múltiplo salarial, porque existe o direito de imagem, pago separado do salário. Também acontece de o jogador ter potencial muito grande e salário ainda baixo. Então, é levado em consideração o valor de mercado do atleta, além do valor da multa rescisória", destaca o subscritor do IRB Brasil RE.

A Lei Pelé terminou com o passe que dava às entidades esportivas os direitos de compra e venda dos atletas, como se fosse um ativo do clube. Após a regulamentação, os clubes detêm os direitos federativos dos profissionais, ou seja, por meio de um contrato as instituições têm o direito de registrar o atleta nas federações e confederações.

Para proteger os clubes, os acordos apresentam cláusulas rescisórias no caso de transferências nacionais e internacionais, calculadas com base no valor de mercado do profissional, e as seguradoras usam esses dados para calcular o capital segurado.

Mas Diuana ressalta que o cálculo por meio de multas não é direto. "Essas multas rescisórias, quando ocorre a venda dos direitos econômicos do jogador, em geral são calculadas por um valor aproximado. Além disso, um seguro não pode ser tão alto, porque não temos um mercado segurador que comporte tudo isso."

Os salários dos jogadores de futebol são compostos por um valor pago pelo direito de imagens e outro referente ao registro em carteira de trabalho. No caso de atletas mais famosos, que é a minoria, há ainda valores de patrocínio.

Os clubes normalmente optam por um seguro em grupo e não individual. Para análise da importância segurada do grupo, a empresa e os clubes calculam o capital segurado individual e os rendimentos dos atletas somados.

SUBSCRIÇÃO DIFERENCIADA

Por ser um capital alto e com mais chances de risco, a subscrição também é diferente. "A seguradora exige mais documentação e exames médicos. Normalmente, falamos que o esportista é uma pessoa bem de saúde, só que ele tem uma exigência cardiorrespiratória grande", lembra Diuana.

Os exames médicos solicitados aos clubes são as análises cardiológicas, conforme explica o executivo. "As lesões não importam tanto porque a definição de acidentes pessoais tradicional é a perda ou a disfunção do membro. Se o atleta sofre uma lesão que o torne inválido para a prática desportiva, não caracteriza o sinistro do seguro de vida convencional."

Com isso, profissionais que detectam problemas de saúde ao longo da carreira e têm de parar de jogar só recebem compensação financeira em casos de contratos com coberturas também por invalidez parcial por acidente e invalidez funcional permanente total por doença.

HISTÓRIAS DE ATLETAS SEM FINAL FELIZ

São muitas as histórias de esportistas aposentados por questões de saúde. O ex-atacante Washington, destaque no Fluminense, é um desses exemplos. Com diabetes, ele descobriu uma obstrução nas artérias do coração, seguiu em campo até os 35 anos, mas parou por risco de morte.

O ex-goleiro Doni, do Corinthians e do Liverpool, sofreu uma parada cardiorrespiratória e, após exames, foi descoberta uma arritmia cardíaca. Ele tentou atuar no Botafogo, mas não conseguiu.

Entre as histórias sem final feliz está a de Serginho, zagueiro do São Caetano. Aos 30 anos, ele sofreu um mal súbito durante um jogo contra o São Paulo, em outubro de 2004, não resistiu e morreu. A viúva, Helaine Cunha, e o filho do casal, na época de 4 anos, receberam dois seguros de vida pela morte dele.

Além dos seguros de vida, os clubes aderem frequentemente à modalidade que protege os atletas contra as catástrofes. "É importante porque os atletas viajam sempre juntos, vide o caso da Chapecoense", recorda Diuana.

Em 2016, o avião que transportava o time da Chapecoense, num total de 77 pessoas a bordo, caiu na Colômbia, matando 71. Dos seis sobreviventes, três eram atletas: Alan Ruschel, Neto e Jackson Follmann. Os dois primeiros voltaram aos gramados, já Follmann teve a perna direita amputada e não pôde mais atuar.

As possibilidades do setor são muitas, e cumprir a lei não deveria ser exceção. "Já que fala especificamente em seguro de vida e de acidentes pessoais isso pode se cumprir tranquilamente. O ideal é que partisse da própria agremiação e das empresas o interesse pelo seguro, e não por exigência legal. É uma garantia maior para o atleta", finaliza Diuana.

[**Por:** Bianca Rocha **Fotos:** Divulgação, banco de imagens Google]

SEGURO PECUÁRIO TEM CRESCIMENTO EXTRAORDINÁRIO EM TRÊS ANOS

Apesar do desempenho dos prêmios, que saltaram de R$ 6,3 milhões para R$ 70,2 milhões, entre 2019 e 2022, apenas 1% do rebanho do País é segurado

O crescimento do seguro pecuário no Brasil nos últimos anos impressiona. O prêmio saltou de R$ 6,3 milhões em 2019 para R$ 22,5 milhões em 2020, aumento de 256,4%. No ano seguinte, a arrecadação mais que dobrou, atingindo R$ 46,9 milhões e, em 2022, fechou em R$ 70,2 milhões. Embora bastante expressivos, esses valores nem chegam perto do potencial que o ramo tem no mercado.

O País tem mais cabeças de gado do que pessoas. São 224,5 milhões de animais contra 215 milhões de habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Especialistas dizem, no entanto, que menos de 1% desse rebanho é segurado no Brasil.

O crescimento relevante desse produto deve-se a alguns fatores, como o maior incentivo do Governo Federal à contratação de seguros dentro do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). A iniciativa, criada na safra de 2005/2006, objetiva auxiliar o agricultor a contratar apólices para segurar sua produção, por meio de subsídio financeiro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

O programa abriga diversas modalidades, como seguros agrícola, aquícola, de florestas e pecuário – este último vem recebendo maior volume de recursos, o que estimula a contratação de apólices. Só em 2022, os reajustes do Governo Federal ampliaram o limite financeiro anual, permitindo que o valor passasse de R$ 24 mil para R$ 60 mil por produtor/pecuarista, com percentual máximo de 40% de subvenção ao prêmio do seguro. O novo limite vale até 2024.

Para o membro da Comissão de Seguro Rural da FenSeg, Fábio Damasceno, além do aumento do incentivo a esse tipo de seguro pelo Governo Federal, o setor observou, nos últimos anos, a entrada de novos *players* interessados em abocanhar essa fatia de mercado. Isso acabou ajudando, segundo ele, na ampliação e na divulgação do produto entre os pecuaristas e a previsibilidade das vendas de apólices.

"Os corretores têm investido na distribuição do seguro pecuário, que, na competição com o agrícola, sempre entrou no final da fila. Mas agora isso vem mudando", explica Damasceno.

COBERTURAS

As coberturas do seguro pecuário são pensadas para proteger a vida dos animais. Podem entrar nessa cobertura bovinos, equinos, suínos, caprinos e ovinos. O produto cobre basicamente acidentes, mortes por envenenamento, insolação e ingestão de corpo estranho. Se, no passado, a maior parte dos segurados era formada por animais de elite (com genética superior e usados para reprodução), hoje o rebanho de corte ou de leite também tem uma participação expressiva no número de apólices, informa a corretora Karen Matieli, há 16 anos especializada nesse ramo de seguro.

"Acidentes causados pelo transporte de animais e doenças são os principais riscos e respondem pela maior parte dos sinistros", afirma. Com o aumento do prêmio nos últimos anos, a frequência da sinistralidade também cresceu. De 2020 para 2021, o salto foi de 168,6%, chegando a R$ 8,5 milhões. Em 2022, as indenizações atingiram R$ 12,4 milhões.

A precificação do seguro pecuário tem seus desafios, embora Fábio Damasceno reconheça

"Os corretores têm investido na distribuição do seguro pecuário, que, na competição com o agrícola, sempre entrou no final da fila."

Fábio Damasceno, FenSeg

"Os acidentes causados pelo transporte de animais e as doenças são os principais riscos desse seguro e respondem pela maior parte dos sinistros."

Karen Matieli, corretora

"O seguro cobre o animal onde ele estiver, seja na fazenda, no pasto, seja nas chamadas centrais de coleta e venda de material genético."

José Alves, corretor

que o procedimento tem sido aprimorado ao longo dos anos. Ele diz que é comum as seguradoras se cercarem de especialistas técnicos, como veterinários e zoologistas, para entender como funciona o mercado e ter uma base atuarial mais completa para a tomada de decisões. Basicamente, a valoração tem como base a segmentação do animal por idade, raça, os mais predispostos a doenças, regiões em que os animais vivem etc.

"Os seguros de rebanho são mais fáceis de valorar, já para o de animais de elite, a precificação é mais complexa. Nesse caso, usamos os leilões para orientar os preços, assim como a performance dos animais em exposições e a produção genética para o mercado", explica Damasceno, acrescentando que há um limite máximo de valor segurado nesse ramo, que é de R$ 300 mil.

MATERIAL GENÉTICO

Os laboratórios de material genético são um caso à parte na estrutura que envolve o seguro pecuário. Esses espaços abrigam os animais por um período determinado, com o objetivo de coletar sêmens e óvulos para comercialização pelos produtores. Durante esse tempo, os animais continuam cobertos pelas apólices, diz José Alves, proprietário da J.Alves Corretora de Seguros.

"O seguro cobre o animal onde ele estiver, seja na fazenda, no pasto, seja nas chamadas centrais de coleta e venda de material genético. Nosso trabalho é avaliar os riscos que envolvem essa infraestrutura para precificar com mais assertividade", informa Alves.

As seguradoras costumam cobrir os riscos que envolvem o transporte do animal para os centros de reprodução e sua estadia, porém, o material genético coletado não encontra espaço no setor segurador. Segundo Damasceno, a precificação torna-se complexa por conta da dificuldade de quantificar o material. "Além de ter um alto valor agregado e protocolo de tratamento muito específico, a constatação de perda é complicada de se atestar", acrescenta.

A despeito dos desafios, o representante da FenSeg acredita que o seguro pecuário ganhará cada vez mais espaço na competição com o seguro agrícola. Mas faz uma *mea-culpa* nesse processo. "Por anos, caímos no erro de negligenciar discussões no pecuário, mas a verdade é que esse mercado é gigante e ainda pouco explorado. Temos muito espaço para crescer com novas coberturas e produtos", conclui.

[**Por:** Jorge Clapp **Fotos:** Divulgação, banco de imagens Google]

AUTORREGULAMENTAÇÃO INAUGURA UMA NOVA ERA PARA OS CORRETORES

Texto da futura resolução estabelece que as autorreguladoras deverão habilitar, registrar e fiscalizar os membros do mercado de corretagem de seguros.

A consulta pública relacionada à minuta de resolução que regulamentará, entre outros pontos, a autorregulação e a formação, o registro e as obrigações dos corretores de seguro, foi encerrada pela Susep em 26 de dezembro do ano passado. Segundo o superintendente substituto da autarquia, Carlos Queiroz, as áreas técnicas ainda estão analisando os comentários e as sugestões recebidos.

Alguns pontos relevantes, no entanto, já estão definidos, especialmente quanto à autorregulação. Para funcionarem como autorreguladoras, as entidades interessadas deverão formular pedido de autorização prévia à Susep, comprovar que estão devidamente constituídas e ter, no mínimo, dez mil membros, situação a ser certificada por empresa de auditoria independente de reconhecida idoneidade.

"Será preciso também ter a autorregulação como objeto e declarar que, sempre que solicitadas, prestarão as informações devidas à Susep. A autorização para funcionamento das autorreguladoras poderá abranger todos, alguns ou apenas um ramo específico do respectivo mercado", acrescenta Queiroz.

A autorregulação na corretagem de seguros pode ajudar bastante a Susep e o mercado como um todo, avalia o superintendente, observando que o mercado cresceu e deverá continuar em crescimento nos próximos anos. Tanto o setor de seguros quanto os de resseguros, capitalização e previdência complementar aberta, além da própria corretagem, estão em ampla expansão. Além disso, há o projeto Sandbox, que incentiva a criação e a entrada de novas empresas no setor, e a lei que trata das sociedades seguradoras de propósito específico, já sancionada.

"Adicionalmente, existe a possibilidade de regulamentação das associações e das cooperativas de autogestão pelo Poder Legislativo. É necessário, portanto, aperfeiçoar a supervisão realizada no grande contingente de 125 mil corretores e que os recursos da Susep sejam alocados de maneira mais eficiente, comenta.

> ***"A autorização para funcionamento das autorreguladoras poderá abranger todos, alguns ou apenas um ramo específico do respectivo mercado."***
>
> **Carlos Queiroz,** Susep

Segundo Queiroz, as entidades autorreguladoras são consideradas como "órgãos auxiliares" pelo modelo de autorregulação previsto na legislação, que operam sob a supervisão da autarquia. "Esse cenário permitirá fiscalizar melhor as operações feitas pelos corretores de seguros, descentralizando algumas atividades e gerando eficiência para todo o mercado", pontua.

NORMAS PREVISTAS

O texto da futura resolução estabelece que as autorreguladoras, sendo constituídas na forma de associação, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial com prazo de duração indeterminado, terão por objetivo: habilitar, registrar e fiscalizar os membros do mercado de corretagem de seguros.

A Susep terá que aprovar e autorizar previamente o funcionamento; acordos com terceiros; indicação de nomes para o exercício de cargos em órgãos estatutários; extinção das atividades também as alterações no estatuto.

A autarquia poderá celebrar e manter convênios, termos de cooperação, acordos ou outros instrumentos congêneres com as autorreguladoras, especialmente quando relacionados com a concessão de inscrição, registro e recadastramento periódico, bem como a fiscalização e o julgamento de membros do mercado de corretagem.

A responsabilidade profissional perante as autorreguladoras ou a Susep caberá ao corretor que deixar de cumprir as leis, os regulamentos e as resoluções em vigor, ou que der causa dolosa ou culposa a prejuízos às sociedades seguradoras ou aos segurados.

As autorreguladoras que já estiverem registradas na Susep na data de vigência dessa Resolução terão o prazo de 180 dias para regularizar as condições exigidas, período em que poderão exercer plenamente suas competências. Além da autorregulação na corretagem, a norma regulamentará também a criação de cooperativas de profissionais.

"Esse novo cenário permitirá fiscalizar melhor as operações dos corretores, descentralizando algumas atividades e gerando eficiência para o mercado."

Carlos Queiroz, Susep

"A intenção (das ferramentas de inovação) é oferecer soluções inteligentes e tecnologicamente viáveis para ajudar o corretor a cumprir seu papel."

Armando Vergilio, Fenacor

Quanto à formação, à qualificação e ao registro dos corretores, uma das novidades é a exigência de participação em cursos de educação continuada oferecidos pelas instituições de ensino credenciadas pela Susep, com o objetivo de atualizar conhecimentos, habilidades técnicas, profissionais e multidisciplinares. Os conteúdos mínimos dos cursos serão definidos e atualizados periodicamente pela Susep.

A habilitação técnico-profissional será obtida via aprovação, por instituição de ensino credenciada pela Susep, em Exame Nacional de Habilitação Técnico-Profissional para Corretor de Seguros ou Curso de Habilitação Técnico-Profissional. A comprovação prévia de conclusão de curso de Ensino Médio em estabelecimento educacional reconhecido é requisito básico para a habilitação. O registro profissional será concedido pela Susep ou por uma entidade autorreguladora.

As instituições de ensino poderão promover curso de habilitação técnico-profissional em conjunto com os sindicatos de classe e outras entidades que se disponham a patrociná-lo, mediante acordos ou convênios.

Caberá à Susep estabelecer as disciplinas mínimas a serem abrangidas pelo curso e o Exame Nacional de Habilitação. O conteúdo e a carga horária dos cursos e exames também deverão ser previamente aprovados.

O Exame Nacional de Habilitação deverá ser promovido, no mínimo, duas vezes ao ano. Já durante o curso de habilitação, deverão ser aplicadas provas específicas de avaliação por disciplina. As instituições de ensino deverão disponibilizar à Susep e às entidades autorreguladoras a relação dos cursos e dos aprovados nos exames.

COOPERATIVAS

As cooperativas de corretores deverão atender aos princípios da adesão e recesso voluntários dos sócios, do controle democrático, sendo vedado o voto múltiplo, da participação econômica, e da autonomia, independência e intercooperação em relação a outras entidades.

Será vedado o registro de sociedade cooperativa que tenha entre seus associados pessoas naturais ou jurídicas sem registro de corretor de seguros. O profissional integrante de cooperativa que tiver o registro suspenso ou cancelado, deverá ser imediatamente excluído da cooperativa.

As sociedades seguradoras, entidades de previdência privada aberta ou de capitalização não poderão pagar comissões à sociedade cooperativa que tenha entre seus integrantes corretores com registro suspenso ou cancelado.

No caso de cancelamento da apólice de seguro, assim como nos casos de devolução do prêmio, o corretor deverá restituir a comissão recebida à seguradora, proporcionalmente ao valor devolvido ou não recebido pela companhia, inclusive na hipótese de cancelamento da apólice decorrente da decretação da liquidação extrajudicial da supervisionada pela Susep. O corretor de seguros poderá nomear prepostos de sua livre escolha.

PAPEL DAS ENTIDADES

Além dessas mudanças que trarão um cenário completamente novo para a corretagem, há ainda a movimentação das entidades para que a categoria esteja pronta também para atuar no Open Insurance. Nesse contexto, destaca-se a

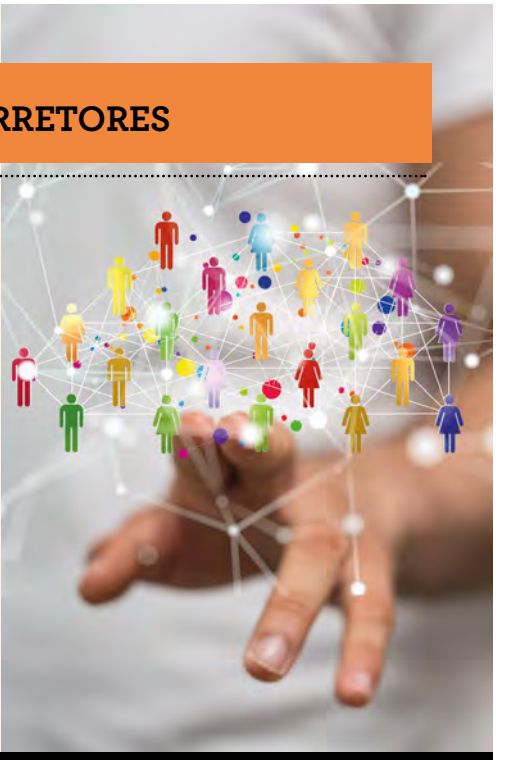
BRASIL CONTA COM MAIS DE 127 MIL CORRETORES

O mercado brasileiro ultrapassou, em meados de fevereiro, a marca de 127 mil corretores de seguros plenamente habilitados e registrados na Susep.

Segundo o banco de dados da autarquia, desse total, 56.768 são empresas corretoras registradas e 70.368 profissionais autônomos (pessoas físicas).

São Paulo é o estado com o maior número de corretores de seguros em atividade: 53.657, seguido pelo Rio de Janeiro (13.517), Minas Gerais (11.066) e Rio Grande do Sul (7.868).

Por ramo, há 124.343 corretores habilitados para a comercialização de seguros de pessoas e 100.546, para a venda de seguros de danos. Para a comercialização de planos de previdência complementar, há 122.364 profissionais e empresas habilitados. E chega a 116.319 o número de corretores registrados para atuar na venda de microsseguros.



criação da IPR Brasil (Infraestrutura Brasileira de Proteção a Riscos) iniciativa conjunta da Fenacor, da ENS e do Ibracor.

O objetivo é atender às demandas por serviços digitais de proteção a riscos, com suporte presencial em todo o território nacional, a partir de uma infraestrutura tecnológica que dará suporte aos atores dessa cadeia produtiva em uma plataforma que vai atualizar e aprimorar a distribuição de produtos de proteção empresarial e familiar.

"A intenção é oferecer soluções inteligentes e tecnologicamente viáveis para ajudar o corretor a cumprir seu papel", resume o presidente da Fenacor, Armando Vergilio.

A IPR Brasil contará com uma Sociedade Processadora de Ordens dos Clientes (SPOC), figura introduzida recentemente no mercado, através da Resolução 450/22 do CNSP. Trata-se da OpenCor Brasil que servirá como meio de transmissão das ordens dadas pelo cliente, credenciando os corretores que desejarem atuar no Open Insurance.

"A OpenCor Brasil é apenas uma das ferramentas que o IPR Brasil vai disponibilizar para que o corretor possa acompanhar todo o ciclo de vida dos contratos de seguros, desde a contratação até o pagamento da indenização", explica Vergilio.

Ele lembra que a legislação estabelece uma série de requisitos, como patrimônio mínimo e capacidade tecnológica comprovada, para que o corretor de seguros possa atuar como SPOC. Além disso, há um rigoroso processo de credenciamento perante a Susep.

Segundo Vergilio, foi essa razão que levou a Fenacor a unir forças com a ENS e o Ibracor, visando viabilizar a atuação dos profissionais interessados em participar do *Open Insurance*. "Isso poderá ocorrer por meio do OpenCor Brasil", ressalta.

As entidades que estão criando a IPR Brasil asseguram que haverá vantagens também para as seguradoras, trazendo melhorias para o relacionamento com os corretores e possibilitando a progressiva redução dos custos de distribuição e do pós-venda, além de ampliar a distribuição de novos produtos e dar maior capilaridade para a operação, expandindo a presença do mercado em praticamente todos os municípios brasileiros.

"A OpenCor Brasil é uma das ferramentas que o IPR Brasil vai disponibilizar para que o corretor possa acompanhar todo o ciclo de vida dos contratos de seguros."

Armando Vergilio, Fenacor

FIDELIDADE DE EMPREGADOS: O QUE ESTÁ COBERTO?

O seguro protege as empresas contra procedimentos criminosos com participação de funcionários ou colaboradores

[**Por:** Bianca Rocha **Fotos:** Divulgação, banco de imagens Google]

A cobertura de fidelidade de empregados visa ressarcir as empresas seguradas de prejuízos decorrentes de procedimentos dolosos comprovadamente praticados pelos empregados contra seu patrimônio, como definidos no Código Penal Brasileiro.

Segundo o coordenador acadêmico da Escola de Negócios e Seguros (ENS), José Varanda, a cobertura abrange pessoas físicas que prestam serviços de natureza não eventual ao segurado, porém, sob dependência deste e mediante salário, na forma estabelecida pela CLT, quanto funcionários com vínculo empregatício, responsáveis penalmente, relacionados nominalmente e no exercício de suas funções.

A cobertura pode englobar todos os empregados ou apenas alguns relacionados nominalmente e protege a empresa contra procedimentos como a participação de funcionários ou colaboradores em assaltos, desvio de dinheiro do caixa e saque irregular da conta-corrente.

"Para ficar caracterizada a comprovação do sinistro, é comum as seguradoras exigirem a apresentação de queixa-crime ou a abertura de inquérito policial a pedido da empresa contra o empregado, em consequência de delito ocorrido durante a vigência da apólice ou, ainda, por confissão espontânea do empregado", observa Varanda.

Além das exclusões de praxe, as seguradoras não cobrem danos corporais ou morais, valor estimativo de qualquer bem integrante do patrimônio do segurado e sinistros que não tenham ocorrido durante a vigência da apólice ou cuja autoria não tenha sido comprovadamente de responsabilidade do empregado ou do colaborador.

A garantia também não se aplica a estabelecimentos ocupados por instituições financeiras, empresas de transporte e/ou guarda de valores, joalherias e similares ou a crimes causados por terceirizados, prestadores de serviços e demais prepostos que não sejam registrados pelo segurado. Segundo Varanda, a cobertura pode ser contratada isoladamente, mas algumas seguradoras também a oferecem em seguros compreensivos empresariais.

Embora não haja estatísticas a respeito, ele afirma que, mesmo com as mudanças na rotina e no formato do trabalho (*home office* ou trabalho híbrido), não tem sido observado aumento de oferta nem de demanda dessa cobertura.

Cada seguradora tem uma forma de precificar o seguro, mas, em geral, no caso dos seguros compreensivos, o valor varia de acordo com o perfil da empresa contratante. Para os próximos anos, Varanda pontua que, com a frequência cada vez maior de crimes contra o patrimônio, as seguradoras não têm muito interesse na oferta desse tipo de cobertura, que também é pouco divulgada.

Você escolhe a Faculdade ENS, o mercado escolhe você!

ESCOLHA SUA GRADUAÇÃO

- Gestão de Seguros
- Marketing
- Finanças
- Gestão de Dados
- Riscos Logísticos
- Recursos Humanos
- Processos Gerenciais

CURSOS **PRESENCIAIS** E A **DISTÂNCIA**

NOTA MÁXIMA NO **MEC**

ALTA TAXA DE **EMPREGABILIDADE**

DESCONTO DE ATÉ **80%***

DIPLOMA EM **2 ANOS**

*Consulte condições especiais

ens

0800 025 3322

graduacao.ens.edu.br

#FIDES RIO 2023

PRIMEIRO LOTE ESGOTADO!

Garanta agora o seu ingresso

fidesrio2023.com.br

Realização

CNseg
Confederação Nacional das Seguradoras

FIDES
Federación Interamericana
de Empresas de Seguros